RELATÓRIO DE ATIVIDADES

SEPLAN

2025

DESEMPENHO E PERSPECTIVAS



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
DO LADO DA GENTE

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jerônimo Rodrigues Souza

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Cláudio Ramos Peixoto

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GABINETE DO SECRETÁRIO
Dilma Santana de Jesus
(Chefe de Gabinete)
Lucas Pondé de Oliveira
(Assessor de Comunicação)
Simone Máxima dos Santos
(Ouvidora)

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Valnei Damasceno de Almeida

COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO
Jair de Oliveira Sento-Sé

CORREGEDORIA
Fabio Marconi Silva Fonseca

DIRETORIA-GERAL
Kalyanne Braz Ayres Mendes

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
Matheus Santiago Rosas de Sousa

DIRETORIA DE FINANÇAS
Edmilson Gomes Nascimento

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES
Maria Helena Macêdo Campos

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
Francisco Antônio Pinho de Castro

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO – UCS-SEPLAN
Patrícia Miranda dos Santos

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS
Thiago dos Santos Xavier

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
Raniery Murici Barreto

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS ECONÔMICA E DE INFRAESTRUTURA
Thiago Reis Góes
Nícia Moreira da Silva Santos (até nov/2025)

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS
Nícia Moreira da Silva Santos
Natã Silva Vieira (até nov/2025)

SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Ninon Fonseca Fernandes da Silva

DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ÁREA SOCIAL

Rosana Santana Dourado

DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ÁREA INSTITUCIONAL

Cíntia Maria Deiró

DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ÁREAS ECONÔMICA E DE INFRAESTRUTURA

Luiz Carlos Cerqueira Lima Júnior

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES E SISTEMATIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

César Barbosa

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Milton de Souza Coelho Filho

DIRETORIA DE MONITORAMENTO ESTRATÉGICO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Marcos Barreto Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Luiza Amélia Guedes Machado Mello

DIRETORIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Paulo Tadeu Gaspar de Freitas

DIRETORIA DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E PARCERIAS FINANCEIRAS

Leonardo de Andrade Ribeiro

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

(Diretor-Geral)

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Tatiane Ramos Coimbra Lou

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Marilia Cavalcante Reis

COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA

Igor Roberto Campos Brandão

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Armando Affonso de Castro Neto

RESPONSABILIDADE PELA CONSOLIDAÇÃO
E PRODUÇÃO DO RELATÓRIO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho
(APG/Seplan)

Suzana Sodré de Aragão Vasconcellos
(APG/Seplan)

Lucas Pondé
(Ascom/Seplan)

João Teixeira
(Ascom/Seplan)

Fotos: Ascom/Seplan, Ascom/SEI, UCS Seplan, DG e CEPT.

Bahia. Secretaria do Planejamento.
Relatório de atividades 2025: desempenho e perspectivas. – Salvador : SEPLAN, 2026.

93 p.

1. Planejamento - Bahia. 2. Gestão estratégica. 3. Desenvolvimento econômico - Bahia. I. Título.

CDU 65.016(813.8)

APRESENTAÇÃO

A Secretaria do Planejamento da Bahia (Seplan) manteve, em 2025, o ritmo de consolidação de uma nova cultura de planejamento público, baseada na integração institucional, na cooperação entre os órgãos estaduais e na ampliação da participação social. Ao longo do ano, a secretaria fortaleceu sua atuação estratégica na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, reafirmando o planejamento como instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades no território baiano.

A revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 ocorreu em diálogo permanente com os órgãos estaduais, tendo as Assessorias de Planejamento e Gestão (APG) como articuladoras das adequações necessárias relacionadas aos programas, indicadores de compromisso e iniciativas governamentais. O processo reforçou a integração entre planejamento, orçamento e gestão estratégica, ampliando a capacidade do Estado de acompanhar resultados e aprimorar a execução das políticas públicas.

Em 2025, os esforços da Seplan também estiveram concentrados na construção do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2050, principal iniciativa de planejamento de longo prazo do Estado, alinhada à Estratégia Brasil 2050 do Governo Federal. A realização de sete seminários macroterritoriais, envolvendo representantes dos colegiados territoriais, sociedade civil, setor produtivo, universidades e gestores municipais, fortaleceu a participação social e aproximou o debate sobre o futuro da Bahia das realidades dos Territórios de Identidade.

Nesse contexto, destaca-se ainda a realização, em Salvador, do Fórum Participativo para a Construção da Estratégia Brasil 2050, promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Governo da Bahia, por meio da Seplan. O encontro reuniu especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade para discutir os desafios e caminhos para o desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Outro avanço importante foi o início do processo de requalificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PTDSS) com edital lançado em 2025. A iniciativa reforçou o papel da governança territorial, valorizando o conhecimento coletivo e a participação dos territórios na construção das estratégias de desenvolvimento regional.

A agenda do planejamento governamental também avançou no fortalecimento da cultura de monitoramento e avaliação das políticas públicas. Organizado em pilares como normatização, formação, execução das avaliações e comunicação dos resultados, o Sistema Estadual de Avaliação de Políticas Públicas passou a desempenhar papel estratégico na qualificação do ciclo de planejamento e no uso de evidências para subsidiar a tomada de decisão.

Nesse cenário, a criação do Comitê de Avaliação de Políticas Públicas (CAPP), instituído pela Portaria Conjunta nº 03/2025, assinada pela Seplan, Saeb, Secti, Fapesb e SEI, representou um marco para a governança da avaliação no Estado. O colegiado passou a ter papel central na definição das políticas prioritárias a serem avaliadas no acompanhamento das recomendações e na disseminação dos resultados produzidos.

Na área de Orçamento Público, a Seplan coordenou a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), assegurando alinhamento entre as prioridades estratégicas do governo, as demandas dos territórios e a sustentabilidade fiscal do Estado. O trabalho integrou planejamento e orçamento, fortalecendo os mecanismos de acompanhamento da execução das políticas públicas e ampliando a transparência na definição das prioridades governamentais.

Ainda nesse campo, merece destaque o avanço do projeto de modernização da gestão das emendas parlamentares impositivas, iniciativa voltada ao aprimoramento dos fluxos de acompanhamento, execução e monitoramento das emendas, promovendo maior integração entre os órgãos estaduais, eficiência administrativa e transparência na aplicação dos recursos públicos.

A atuação da Seplan também esteve presente nos debates nacionais sobre planejamento governamental. Ao longo de 2025, a secretaria participou ativamente das agendas do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), contribuindo para a discussão de temas relacionados ao planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Durante o I Congresso do Conseplan, técnicos da secretaria apresentaram cinco artigos científicos, incluindo o trabalho premiado sobre Centro de Governo como ferramenta estratégica para a gestão pública subnacional.

Outro destaque do período foi a formulação do Plano de Implantação do Sistema Integrado de Infraestrutura Viária Multimodal, coordenado pela Seplan. A iniciativa contribuiu para a articulação entre os modais rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário, alinhando logística e desenvolvimento territorial às estratégias de longo prazo previstas no PDI Bahia 2050.

Em 2025, a Bahia também ampliou sua capacidade de captação de recursos externos, alcançando cerca de R$ 8 bilhões em operações, resultado aproximadamente 50% superior ao registrado no ano anterior. O desempenho reafirma a capacidade técnica e institucional do Estado na estruturação de projetos estratégicos e na atração de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social.

A leitura deste relatório revela, portanto, uma Seplan cada vez mais comprometida com a construção de uma visão de futuro para a Bahia, fortalecendo o planejamento público, a participação social e a capacidade do Estado de promover transformações sustentáveis em benefício da população baiana.

SUMÁRIO

1. PLANEJANDO A BAHIA 8

Planejamento Estratégico e Plurianual 9

Projetos Especiais de Desenvolvimento Estratégico, Infraestrutura, Logística e Integração Regional 13

Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus (PDSAJ) 15

Estratégia Industrial do Estado 16

Participação no Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento 18

Acordo de Cooperação Técnica "Bahia: Planejamento e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável" 19

Planejamento Territorial 19

Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual 21

2. GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO **27**

Governança do PPA 28

Avaliação de Desempenho do PPA 30

Avaliação de Políticas Públicas 31

Captação de recursos: Estratégia viabilizadora do desenvolvimento 32

Gestão Orçamentária 39

Governança Territorial 41

Consórcios Públicos 44

3. CONHECENDO A BAHIA **47**

Estudos, Pesquisas e Indicadores 49

Informações Geoespaciais 56

Produção Editorial 59

4. APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL **61**

Educação Corporativa 63

Qualificação e Capacitação 66

5. GESTÃO DA SEPLAN **69**

Planejamento Setorial da Secretaria 70

Gestão Organizacional 73

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria 75

Gestão dos Recursos Administrativos e Financeiros da Secretaria 76

Comunicação Organizacional 85

Ouvidoria da Seplan 88

Controle Interno 88

Correição Setorial 90

1 PLANEJANDO A BAHIA



1. PLANEJANDO A BAHIA

Planejamento Estratégico e Plurianual

A Secretaria do Planejamento (Seplan) tem avançado na estruturação do planejamento de longo prazo. Os principais marcos de 2025 foram o aprimoramento e a atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia para o horizonte 2050, ancorados na escuta social, na política territorial e na participação cidadã.

O aprimoramento e a atualização do PDI Bahia para o horizonte de 2050 foram objeto de contratação de consultoria com a Macroplan Prospectiva, Estratégia & Gestão, visando à elaboração do sumário executivo do PDI Bahia 2035, suas atualizações até 2023, e a reestruturação e atualização dos componentes do PDI Bahia até 2050, incluindo a elaboração de documentos executivos e da carteira de projetos estratégicos.



Nesse período, foram realizadas sete entregas dos 14 produtos previstos pela consultoria:

1. Plano de Trabalho das entregas a serem realizadas, com o destaque das metodologias aplicadas;
2. Sumário Executivo do PDI 2035 com visão consolidada e sintética dos principais documentos produzidos até 2023;
3. Mapeamento e diagnóstico de iniciativas convergentes (políticas, planos, projetos, estudos existentes ou em curso, nos âmbitos estadual, regional, nacional e internacional com relevância e convergência para a revisão do PDI)
4. Componentes do nível 1 da estrutura do PDI (visão de futuro, atributos e metas mobilizadoras);
5. Matriz de Correlação do PDI e Eixos Estratégicos;
6. Estratégia de Participação para elaboração e monitoramento do PDI;
7. Metodologia do PDI (de construção dos objetivos estratégicos, seus indicadores e projetos estratégicos correlacionados).

Nesse processo de construção de um plano de longo prazo houve a ampliação da participação da sociedade baiana de forma qualificada. Foram realizadas uma série de entrevistas, oficinas e seminários, além de uma ampla etapa virtual, que contou com a participação de mais de 50 mil pessoas dos 417 municípios baianos na consulta pública para a construção da visão de futuro da Bahia.

Com isso, garantiu-se uma ampla mobilização da sociedade e de diversos setores específicos com maior articulação com o setor produtivo, academia e a sociedade civil, por meio de: consultas *on-line*; encontros de visão de futuro, com mais de 350 participantes; mapeamento de mais de 150 iniciativas (planos, políticas, estudos, diagnósticos e agendas); 100 escutas qualificadas (entrevistas, grupos focais e outros); oficinas com a participação de mais de 150 especialistas e a sociedade civil para discussão dos objetivos e estratégias; e sete Seminários Macroterritoriais presenciais (Quadro 01), mobilizando os 27 Territórios de Identidade e a participação de mais de 350 pessoas, com destaque para a grande participação e atuação de técnicos e servidores da Seplan na organização, condução e logística.

Estamos falando de um sucesso de participação social!

51.789

Recebemos 51.789 contribuições de baianos e baianas na Consulta Pública para construir a visão de futuro do estado até 2050

Quadro 01: SEMINÁRIOS MACROTERRITORIAIS REALIZADOS EM 2025 - PDI BAHIA 2050

Cidade Sede	Data	Territórios Abrangidos
Senhor do Bonfim (UNEB)	05/11	Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Itaparica e Semiárido Nordeste II
Feira de Santana (UEFS)	07/11	Portal do Sertão, Recôncavo, Sisal e Bacia do Jacuípe
Barreiras (UFOB)	11/11	Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente e Velho Chico
Seabra (IFBA)	13/11	Chapada Diamantina, Bacia do Paramirim, Piemonte do Paraguaçu, Irecê e Piemonte da Diamantina
Vitória da Conquista (UESB)	17/11	Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste, Sertão Produtivo e Médio Rio de Contas
Itabuna/Ilhéus (UESC)	19/11	Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Costa do Descobrimento e Vale do Jiquiriçá
Salvador (UFBA)	27/11	Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano

Fonte: SPE/Seplan (2026)



Seminário Macroterritorial de Barreiras (11/11/2025)



Seminário Macroterritorial de Feira de Santana (07/11/2025)

Ressalta-se a relevância da realização do Fórum Participativo para a Construção da Estratégia Brasil 2050. Foi um encontro sediado na Bahia e promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Governo do Estado/Seplan, que objetivou pensar sobre qual país queremos construir nos próximos 25 anos.

A Estratégia Brasil 2050 é um projeto inédito de planejamento público de longo prazo, que pretende antecipar tendências e alinhar políticas públicas às transformações sociais, econômicas e ambientais em curso.

O evento realizado em Salvador faz parte de uma série de encontros, recolhendo contribuições que irão compor um documento estruturante, que servirá de referência para orientar políticas públicas pelas próximas décadas.

Nessa oportunidade, a população pôde contribuir com ideias e propostas, por meio da consulta pública "Que Brasil queremos nos próximos 25 anos?", disponível na Plataforma Brasil Participativo.

Paralelamente a isso, a Seplan avançou no fortalecimento da governança do planejamento de longo prazo (PDI – Bahia 2050), com a implantação de um núcleo estratégico de governança – integrado por secretarias estratégicas e órgãos de áreas centrais do Estado – instância responsável pelo alinhamento político, integração intersetorial e capacidade decisória ao longo do seu processo de execução.

Com formatação final do documento prevista para 2026, as próximas etapas envolvem a consolidação das estratégias de desenvolvimento, a definição de indicadores e metas com alinhamentos ao Plano Plurianual (PPA) e orçamento estadual, além da estruturação da carteira estratégica de projetos. Nessa perspectiva, é fator primordial o envolvimento da alta direção do Governo na consolidação e validação dos principais componentes do plano, por meio do núcleo estratégico, no fortalecimento do modelo de governança multinível, de forma a assegurar legitimidade, continuidade e alinhamento institucional.

No aspecto do planejamento plurianual, o PPA 2024-2027, em seu segundo ano de vigência, sofreu um processo de revisão, estruturado a partir dos insumos técnicos oriundos dos processos de monitoramento sistemático e avaliação de desempenho institucional – de responsabilidade da Superintendência de Gestão Estratégica (SGE) – assim como das necessidades de ajustes identificados pela equipe técnica da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE).

Foi promovida uma série de rodadas técnicas com a participação de equipes da SPE, SGE e órgãos e entidades responsáveis pela execução de componentes do PPA. Essa atividade teve por objetivo deliberar acerca do escopo das alterações, inclusões e descontinuidades a serem feitas, de forma a garantir uma condução integrada e a convergência com as diretrizes governamentais.

Durante esse processo de revisão, os componentes e respectivos atributos puderam ser incluídos, alterados ou descontinuados, resultando na publicação da Lei nº 15.069, de 19 de dezembro de 2025, que alterou o Plano Plurianual Participativo – PPA para o quadriênio 2024-2027.

Além do aprimoramento da matriz programática e um aperfeiçoamento do instrumento de planejamento, foram realizadas 462 modificações em componentes (e atributos) do PPA e seus atributos, a saber: 34 Indicadores de Programa; 160 Indicadores de Compromisso; 96 Indicadores de Compromisso territorializados; 74 Iniciativas e 98 Iniciativas associadas a Indicador de Compromisso. O Quadro 02 apresenta as alterações havidas na Lei nº 14.647/2023, que institui o Plano Plurianual Participativo PPA 2024-2027.

Quadro 02: ALTERAÇÕES NO PPA 2024-2027

LEI	ALTERAÇÃO
Lei nº 14.756, de 26 de junho de 2024	Altera Anexos I e III a Lei nº 14.647/2023
Lei nº 14.795, de 13 de dezembro de 2024	Altera o Anexo I da Lei nº 14.647/2023 Inclui "Art. 1º – O Compromisso "Promover autonomia econômica e financeira dos povos indígenas" do Programa Bahia Indígena, detalhado no Anexo I da Lei nº 14.647, de 26 de dezembro de 2023, que institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2024-2027, passa a vigorar com a seguinte redação: "Promover autonomia socioeconômica e financeira dos povos indígenas - SEPROMI" (NR)" Inclui " Art. 2º – No Compromisso de que trata o art. 1º desta Lei fica incluída a seguinte Iniciativa: "Articular com órgãos, entidades e instituições ações de desenvolvimento socioeconômico dos povos indígenas – SEPROMI"
Lei nº 14.811, de 26 de dezembro de 2024	Inclui "Art. 1º – Ficam alterados os componentes e seus atributos associados, bem como incluídos e excluídos os componentes do Anexo I da Lei nº 14.647, de 26 de dezembro de 2023, que institui o Plano Plurianual Participativo – PPA 2024-2027, conforme demonstrativo de alterações, constantes do Anexo Único desta Lei"
Lei nº 15.069, de 19 de dezembro de 2025	Inclui "Art. 2º – O Anexo I da Lei nº 14.647, de 26 de dezembro de 2023, passa a vigorar com as modificações detalhadas no Demonstrativo da Revisão do PPA 2024-2027 – Ano 2025, constante no Anexo Único desta Lei"

Fonte: SPE/Seplan (2025)

Projetos Especiais de Desenvolvimento Estratégico, Infraestrutura, Logística e Integração Regional

No desempenho do seu papel de suporte ao planejamento estratégico do estado, as atividades realizadas pela Seplan reforçam seu compromisso com o processo decisório, a articulação institucional e a consolidação de uma visão integrada de desenvolvimento socioeconômico-territorial.

Ao incorporar e operacionalizar a estratégia de desenvolvimento da Bahia, a atuação da Seplan nas áreas identificadas no quadro a seguir qualifica as diretrizes, prioriza investimentos e fortalece a capacidade do estado para coordenar iniciativas estruturantes, em consonância com os desafios contemporâneos do desenvolvimento regional:

Quadro 03: ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA

Construção e detalhamento da estratégia de desenvolvimento da Bahia como HUB e Portal nacional, integrada ao Nordeste e ao Brasil, considerando posição geográfica, capacidade logística, diversidade econômica e papel histórico de articulação territorial.	Elaboração do Mapa Estratégico Socioeconômico-Territorial da Bahia, instrumento de leitura integrada do território, com identificação de eixos de desenvolvimento, áreas prioritárias de investimento, vocações produtivas regionais e gargalos estruturais.
Formulação do Plano de Implantação de um Sistema Integrado de Infraestrutura Viária Multimodal, contribuindo na articulação com os modais rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aeroportuário, de forma coerente com a estratégia socioeconômico-territorial do Estado.	Integração das diretrizes do sistema multimodal às políticas de desenvolvimento regional, à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e aos instrumentos do planejamento estadual, reforçando a Bahia como plataforma logística e econômica do Nordeste.

Fonte: Seplan (2025)

Figura 01: MAPA ESTRATÉGICO SOCIOECONÔMICO-TERRITORIAL DA BAHIA 2024-2050



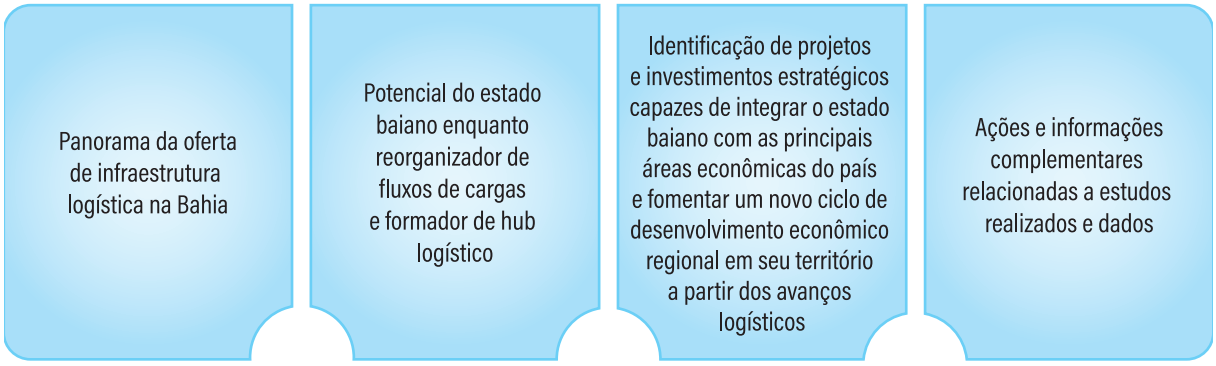
Fonte: Gasec/Seplan (2025)

A Seplan participou, ainda, de iniciativas de apoio a projetos estruturantes, com foco em infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico, inclusive em articulação com o setor privado e instituições federais, a exemplo da modelagem e avaliação de concessões rodoviárias, com destaque para as rodovias BR-242 e BR-101, incluindo análises de viabilidade econômica, financeira e institucional.

Outras participações também envolveram o apoio à coordenação de projetos culturais e socioeducativos, em articulação com organizações da sociedade civil, a exemplo da OSC Corpo Cidadão, voltados à ampliação de núcleos de arte e educação e à promoção do desenvolvimento humano e cultural, com intercâmbio de experiências inter-regionais.

A criação de um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), com o objetivo de realizar reflexões e construir insumos estratégicos que subsidiem decisões voltadas à temática da logística de transportes como um fator de desenvolvimento regional dentro do estado baiano foi enriquecedor para essa área. Composto por representantes da Seplan e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) – coordenação e secretaria executiva, respectivamente –, Casa Civil, Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) e Empresa Baiana de Ativos S.A. (BAHIAINVESTE), foram obtidos resultados decorrentes de discussões e análises que trataram:

Figura 02: RESULTADOS DAS DISCUSSÕES E ANÁLISES DO GRUPO DE TRABALHO INTERSETORIAL



Fonte: Seplan (2025)



Reunião do GTI, Seplan (21/05/2025)

Com relação à consolidação da Bahia como *hub* logístico nacional e regional, destacam-se as contribuições técnicas e financeiras relativas à Ponte Salvador-Itaparica, considerando impactos sobre integração territorial, mobilidade e desenvolvimento regional; a participação em estudos e discussões sobre expansão e qualificação da infraestrutura de transportes no estado com alinhamento aos eixos e prioridades definidos no Mapa Estratégico Socioeconômico-Territorial; e a articulação entre projetos de infraestrutura e diretrizes estratégicas com atenção à coerência entre investimentos logísticos e a visão de desenvolvimento socioeconômico-territorial.

O Quadro 04 apresenta outros apoios técnicos apresentados pela Secretaria:

Quadro 04: APOIO TÉCNICO REALIZADO PELA SEPLAN EM 2025

Tema	Descrição
Renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)	Elaboração de Nota Técnica para subsidiar a participação da Seplan em audiência pública da ANTT.
Concessões, negociações e acompanhamento de projetos estratégicos	Produção de pareceres, análises e informações estruturadas para embasar posicionamentos.
Concessões, investimentos estruturantes e projetos estratégicos	Participação em reuniões com o Ministério dos Transportes e órgãos federais.
Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)	Acompanhamento das atividades da Sudene, incluindo suporte técnico à atuação do Estado da Bahia no CONDEL e nos temas associados ao FDNE.
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE),	Atuação articulada com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no acompanhamento da programação e execução do Fundo, em alinhamento à estratégia socioeconômico-territorial estadual.

Fonte: Gasec/Seplan (2025)

Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus (PDSAJ)

A atuação da Seplan na elaboração do Programa de Desenvolvimento Socioeconômico de Santo Antônio de Jesus e região é ponto de destaque. Trata-se de iniciativa construída de forma interinstitucional e participativa em cumprimento a uma condenação imposta ao Estado brasileiro decorrente da explosão de uma fábrica de fogos naquele município.

A estruturação do programa envolveu uma articulação interfederativa com a participação dos Governos Federal e Estadual, sob coordenação técnica da Seplan e da administração municipal, assegurando alinhamento institucional, compartilhamento de responsabilidades e efetividade na implementação das ações.

O programa, elaborado com base nos princípios do planejamento participativo, nos marcos do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035 e no Plano Plurianual 2024-2027, consolida as prioridades estratégicas do Governo da Bahia e adota uma abordagem intersetorial, incorporando 34 projetos de 16 secretarias estaduais, articuladas em torno das linhas de ação:

Figura 03: LINHAS DE AÇÃO DO PDSAJ



Fonte: Seplan (2025)

Em 29 de outubro de 2025, o programa foi apresentado e entregue para os familiares das vítimas da explosão de fogos e demais munícipes de Santo Antônio de Jesus, juntamente com a proposta de modelo de governança. O seu processo de monitoramento da implementação, junto aos órgãos estaduais, está condicionado ao necessário engajamento para que se procedam às viabilizações.





Entrega do Programa PDSAJ - Santo Antônio de Jesus (29/10/2025)

Estratégia Industrial do Estado

Em 2025, a partir do acordo de cooperação técnica internacional celebrado entre a Seplan, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) foi elaborado o projeto para construção de Elementos Necessários à Formulação de uma Política Industrial para a Bahia (TR Indústria).

Esse projeto tem o objetivo de fortalecer os mecanismos de planejamento do Estado da Bahia para o alcance de uma economia dinâmica, sustentável e inclusiva em alinhamento aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo, também, para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Para tanto, foi realizada uma consultoria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (SENAI/Cimatec) visando a conduzir os estudos técnicos que vão subsidiar a nova estratégia industrial do estado. Entre os eixos centrais da consultoria estão: digitalização produtiva, reconversão ambiental, fortalecimento das cadeias produtivas regionais e atração de novos investimentos sustentáveis.

As entregas desse trabalho incluem:

Figura 04: ENTREGAS PREVISTAS DA CONSULTORIA SENAI/CIMATEC - 2025



Fonte: Seplan (2025)

A Política Industrial é relevante para o plano de desenvolvimento de longo prazo e esses estudos contribuem, sobremaneira, para a exata compreensão desse setor importante na geração de emprego e renda.

Nesse processo, foram realizadas articulações com o setor produtivo, representados pela Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e Cimatec, e escutas com categorias ligadas à CUT acerca dos desafios do setor industrial na Bahia, além de conversas sobre a nova indústria brasileira e as interfaces com a Bahia, junto à Secretária de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Deve-se destacar a importância da parceria estabelecida com a SDE e o conhecimento apreendido pela Seplan acerca do setor industrial, de modo que se possa efetivar a estruturação de um Plano para Indústria da Bahia.



Encontro entre Seplan, Fieb, Cimatec e CUT

Participação no Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento

Em 2025, foi prioridade da secretaria a participação em eventos e reuniões promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan)[1], objetivando fortalecer o alinhamento entre os estados e promover uma visão integrada de planejamento público com foco na cooperação e na construção de agendas estratégicas conjuntas. Agregue-se a isso as discussões para a construção de soluções que contribuam para o aprimoramento do planejamento e da gestão pública nos estados.

O Conseplan realizou seu 1º Congresso, reunindo gestores e técnicos representantes dos governos federal, estaduais e municipais, de instituições nacionais e internacionais, além de estudantes. Nesse evento, foi mostrada a experiência do planejamento governamental na Bahia por meio da apresentação de artigos produzidos por técnicos da Seplan que integram Grupos de Trabalho dessa associação com destaque para o artigo "Centro de Governo como ferramenta estratégica para Gestão Subnacional", elaborado por Ariadne Muricy Barreto, Isabella Paim Andrade e Ranieri Muricy Barreto, premiado na categoria 'Governança, Federalismo, Lide-



Premiação no 1º Congresso Conseplan - Brasília

1 Associação sem fins lucrativos que reúne os titulares das pastas de planejamento de todos os estados e do Distrito Federal. Sua atuação está relacionada a três frentes essenciais: articulação política, representando os interesses dos estados junto ao Governo Federal, especialmente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); intercâmbio e disseminação de práticas, inovações e tecnologias; harmonização de normas, facilitando a padronização técnica, transparência e controle.

rança, Comunicação e Articulação entre poderes, atores e entes na condução dos processos de planejamento e orçamento'. O artigo foi reconhecido pela sua relevância ao abordar o centro de governo como instrumento essencial para fortalecer a coordenação, estratégia, comunicação e articulação política na gestão pública subnacional.

No quadro constam os demais artigos que foram apresentados no 1º Congresso Conseplan.

Quadro 05: ARTIGOS APRESENTADOS NO PRIMEIRO CONGRESSO CONSEPLAN

Artigo	Autor
Planejamento de longo prazo para um desenvolvimento sustentável: a convergência entre o curto e longo prazos	Ranieri Muricy Barreto
Da gestão da informação à governança de dados, o protagonismo do Acompanhamento das ações e programas de governo: relato de uma experiência subnacional	Alexandre Vasconcelos Junqueira, Fabiane Louise Bitencourt Pinto, Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio e Patrícia Oliveira Borges da Silva Almeida
O Monitoramento de programas de governo como vetor para o aperfeiçoamento da gestão pública estadual: relatos de uma experiência em inovação metodológica	Maria Aparecida Fortes de Almeida Presidio, Jamille Santos dos Santos Lima, Fabiane Louise Bitencourt Pinto e Patrícia Oliveira Borges da Silva Almeida
Avaliação de desempenho dos programas do Plano Plurianual (PPA): como a ciência de dados potencializa a identificação dos avanços e oportunidades de melhoria na implementação de políticas públicas	Antonio Marcos Barreto Silva, Lenaldo Azevedo dos Santos, Guillermo Javier Pedreira Etkin

Fonte: Seplan (2025)

Acordo de Cooperação Técnica "Bahia: Planejamento e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável"

Uma parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e o PNUD foi construída, por meio do PRODOC BRA/25/008, focado na modernização do Estado brasileiro. O formato Projeto de Documento (PRODOC) é uma ferramenta de cooperação internacional, que permite a execução de projetos de melhorias, no âmbito do governo e por meio de acesso a conhecimentos técnicos via PNUD. Possibilita obter agilidade na contratação de consultores especializados e na execução de pesquisas que venham a garantir o alinhamento das metas aos ODS da Agenda 2030.

O PNUD estruturou um projeto para o ciclo, iniciado em 2025, de modo a refletir as atuais prioridades do MGI, como a reforma da gestão pública, com foco em equidade e diversidade. Nesse contexto, a Seplan iniciou tratativas para celebração do PRODOC BRA/25/008 "Bahia: Planejamento e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável", com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais da Secretaria, na condição de órgão central do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica – Sepege com foco em Inovação, Governança e Monitoramento de Políticas Públicas alinhado aos ODS da Agenda 2030.

Planejamento Territorial

A melhoria da qualidade de vida da população baiana é o propósito de um desenvolvimento territorial democrático, sustentável e solidário com a promoção de políticas públicas e ações governamentais articuladas e integradas.

Na perspectiva da formulação e implementação de estratégias para o desenvolvimento territorial, a Seplan, por meio da Coordenação Executiva de Planejamento Territorial e Articulação para Consórcios Públicos (CEPT), realizou um conjunto de ações voltadas à requalificação e atualização dos 27 Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (PTDS), buscando refletir as vocações produtivas locais, os ativos ambientais e culturais e os principais desafios sociais de cada Território de Identidade.

A coerência dos PTDS com os instrumentos de planejamento do Estado, sejam Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), Plano Plurianual (PPA), sejam planos setoriais, permite que as políticas públicas e as ações do Estado cheguem com impacto real na vida das pessoas, respeitando as identidades territoriais.

A partir da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando ao planejamento e à implementação de políticas, ações e iniciativas que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável, foram realizadas as seguintes etapas voltadas à elaboração dos PTDS:

Figura 05: ETAPAS DA ELABORAÇÃO DO PTDS

- Contratação de consultoria para execução de serviços técnicos especializados na produção de subsídios para planejamento territorial e de apoio à governança territorial
- Constituição de 13 grupos de trabalho territoriais (GTT), em cada um dos 27 Territórios de Identidade, com representantes da sociedade civil e do Poder Público, objetivando produzir insumos para elaboração dos respectivos planos nas 13 áreas de políticas públicas
- Realização de reuniões e plenárias territoriais com os GTT, envolvendo o uso de ferramentas tecnológicas, como sistemas de *Business Intelligence* (BI) para o monitoramento, cruzamento de dados e simulações
- Realização de oficinas com ampla participação dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento (Codeter), fortalecendo o protagonismo social e institucional desses espaços e, em articulação direta com o PDI Bahia 2050, reforçando o território como base do planejamento público

Fonte: Seplan (2025)

A metodologia para requalificação dos PTDS é similar à utilizada no PDI Bahia 2050, de forma a contribuir para o alinhamento estratégico e a efetiva formulação e execução de boas políticas públicas. Com conclusão para 2026, a capacitação dos agentes territoriais também está prevista e os resultados esperados incluem o fortalecimento da governança territorial, a redução das desigualdades regionais e a construção de um estado mais equilibrado e sustentável.



Chamada para evento de atualização do PTDS



Reunião de qualificação/atualização do PTDS do Território do Sisal - Cansanção

Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual

O planejamento de curto prazo, no ciclo do planejamento governamental, envolve o desenvolvimento das atividades relacionadas ao orçamento público, no sentido de viabilizar as políticas públicas delineadas nos compromissos e iniciativas do Plano Plurianual que, por sua vez, traduzem as diretrizes e metas do Plano de Governo e dos planos de longo prazo.

As Diretrizes Orçamentárias têm o papel de orientar a elaboração do Orçamento Anual – mediante aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) – apresentando as prioridades para a Administração Pública, estabelecendo as diretrizes e metas de política fiscal e, a partir do estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aborda temas, como: metas, riscos fiscais e equilíbrio de receitas e despesas.

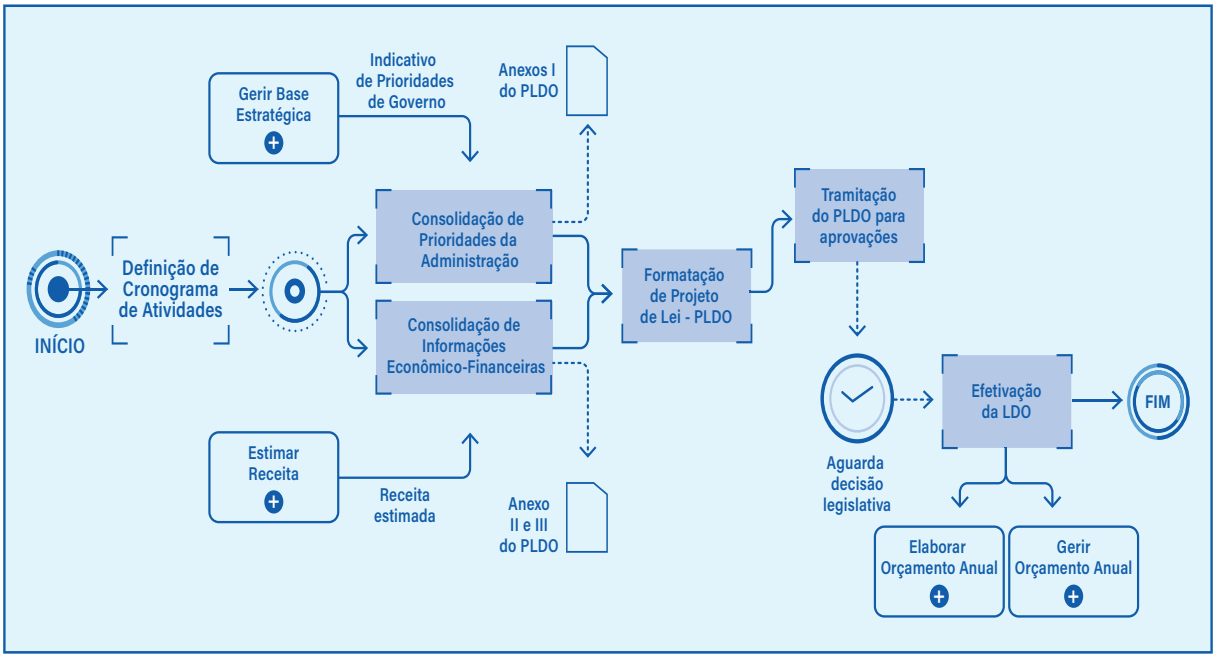
O processo de elaboração das Diretrizes orçamentárias para 2026 iniciou-se com a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), proposto até o dia 15 de maio do ano anterior ao de sua referência. Esse processo, coordenado pela Superintendência de Orçamento Público (SPO), conforme ilustração do fluxo geral na figura 06. As diretrizes orçamentárias para o exercício de 2026 foram aprovadas pela Lei nº 14.935, de 26 de junho de 2025.

Um ponto a ser destacado diz respeito ao processo de estimativa da Receita Orçamentária, cujo produto gerado é a Receita Projetada por Unidade Orçamentária, Destinação de Recursos e Esfera Orçamentária (identificação se o Orçamento é Fiscal, da Seguridade Social ou de Investimento das Empresas).

No exercício de 2025, foi verificada uma ampliação da estimativa da receita. A estruturação e realização do curso sobre Receita Orçamentária, no período anterior ao lançamento das receitas no Sistema Fiplan, para compor a LDO 2026, foi um avanço.

A necessidade de ampliar a busca ativa do público que realiza as estimativas e os lançamentos das receitas para os próximos exercícios qualificou a operacionalização desse processo. De igual forma, a realização de reuniões técnicas sistemáticas resultou na ampliação da receita estimada, quando da sua revisão visando a elaboração do Orçamento anual 2026.

Figura 06: ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – FLUXO GERAL



Fonte: SPO/Seplan (2025)

As estimativas realizadas e a geração de dados em formatos legalmente exigidos e essenciais para a estrutura da LDO apresentam algumas dificuldades quando as projeções conservadoras da Sefaz se contrapõem às projeções mais otimistas da Seplan. Na busca pelo equilíbrio entre elas, foi estimada uma receita mais realista – nem tão conservadora, nem tão otimista.

O processo de seleção das prioridades para o PLDO 2026 pautou-se na mesma metodologia implantada em 2024, utilizando-se, para a construção dos destaques, a seleção das iniciativas, notadamente aquelas relacionadas às ações orçamentárias previstas para 2026, não se levando em conta custeio finalístico, ações finalísticas de caráter continuado e/ou obrigatório, considerando que a LDO já prevê a realização dessas ações, inclusive no texto da Lei.

No processo de construção e análise, foram observadas: as priorizações passadas; a programação orçamentária em andamento em 2025 (e as de outros exercícios, quando necessário) e sua execução; os programas especiais do PPA 2024-2027; e as prioridades já declaradas pelo governo e que deveriam ocorrer para além de 2025.

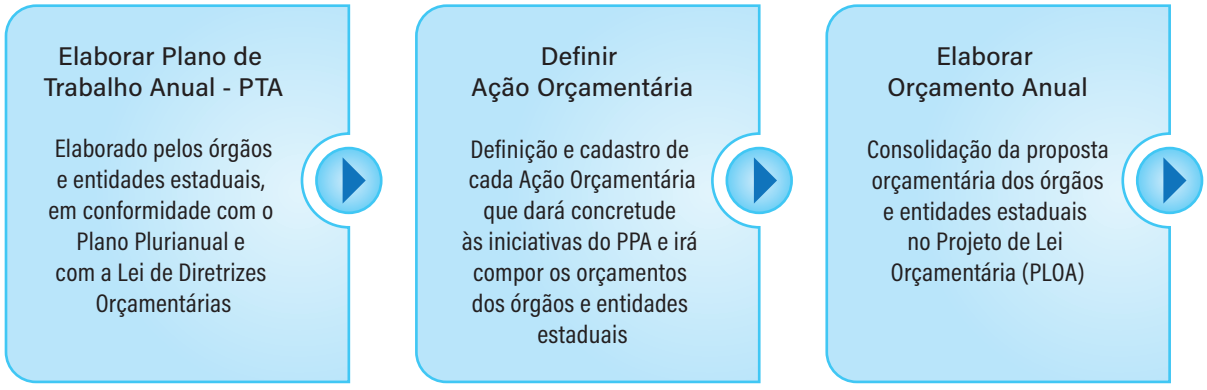
Elaborado a partir do Eixo Estratégico, e cada eixo detalhado por programa temático, compromisso e iniciativa para o estudo dos destaques, foi construído o Quadro de Prioridades para 2026, observando-se que cada iniciativa selecionada tem vinculação com, pelo menos, uma ação da LOA. O quadro foi submetido e aprovado pela Casa Civil, integrando o Anexo I – Prioridades da Administração Pública Estadual do PLDO 2026, com 59 prioridades para o Poder Executivo.

Cabe destacar as reuniões coordenadas pela SPO, visando ao alinhamento e às orientações acerca das prioridades, que contou com a participação de representantes do Poder Executivo, dos outros poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A Constituição Federal estabelece que, a cada ano, um novo orçamento deve ser encaminhado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), na forma de um projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício seguinte.

O Orçamento Anual é um instrumento de planejamento que estima a receita e fixa a despesa do Estado para um determinado exercício financeiro. A sua elaboração é coordenada pela Superintendência de Orçamento Público (SPO) e segue conforme ilustra o fluxo básico na figura 07:

Figura 07: ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL - FLUXO BÁSICO



Fonte: SPO/Seplan (2025)

O Secretário do Planejamento apresentou o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2026 em reunião da Junta Orçamentária com a presença do governador, do chefe de Gabinete do Governador, do chefe da Casa Civil e dos secretários da Fazenda e Administração e, posteriormente, o projeto foi encaminhado à Alba nos termos constitucionais e da Lei nº 14.935/2025 (LDO 2026), propondo para o exercício financeiro de 2026 um montante de R$77,3 bilhões, 9,1% maior que o de 2025.

Figura 08: PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2026



Fonte: SPO/Seplan (2025)

O Orçamento Anual 2026 foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 22 de dezembro de 2025 e sancionado pelo governador por meio da publicação da Lei nº 15.072, de 13 de janeiro de 2026.

Fig. 9: PONTOS DE ATENÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL 2026

Os recursos previstos na estimativa da receita não se apresentam suficientes para atender às demandas setoriais, implicando em redução das previsões orçamentárias e da consequente distribuição das cotas orçamentárias (base para elaboração da programação orçamentária dos órgãos e entidades).

A significativa participação das operações de crédito e de convênios na composição das cotas orçamentárias, na área de projetos e obras, tem, de alguma maneira, reduzido essa insuficiência de recursos, diferente do que acontece com as demais atividades.

A agenda insuficiente entre as áreas de planejamento e fazenda acerca do fechamento orçamentário e do lançamento do PTA, com fontes do tesouro, é um ponto de estrangulamento para as análises e os ajustes necessários nesse processo. Faz-se indispensável que o cronograma previsto assegure prazos para as tomadas de decisão.

Fonte: SPO/Seplan (2025)



Proposta orçamentária 2026 entregue à ALBA

Preliminarmente à sanção da LOA 2026, foi necessária a realização de uma análise das mais de 3 mil Emendas Parlamentares Individuais de Natureza Impositiva – EPI, para serem incorporadas no Sistema Fiplan e posterior incorporação na LOA, culminando com sua publicação em 13 de janeiro de 2026 (Tabela 01).

Tabela 01: EPI INCORPORADAS À LOA 2026

Área	Quantidade de Emendas	Valor Total das Emendas (R$1,00)
Saúde	1.001	383.031.372
Educação	892	97.990.519
Outras de Livre Indicação	1.289	196.129.305
Total	**3.182**	**622.150.896**

Fonte: SPO/Seplan (2025)

Em cumprimento a dispositivos legais, que tratam de emendas parlamentares, a Alba encaminhou para a Seplan o conjunto das EPI aprovadas, que constarão em anexos específicos da LOA, segundo o autor, área temática, órgão, unidade orçamentária e ação.

Foram incorporadas mais de **3 mil emendas** da **LOA 2026** no Sistema Fiplan

Nesse sentido, a SPO, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão (APG) da Seplan, vem desenvolvendo o Projeto "Suporte a Emendas Parlamentares Impositivas", que visa a estruturar meios para a elaboração, análise técnica, incorporação e gestão de EPI ao Orçamento Estadual.

Esse projeto vem sendo implementado desde julho de 2024, contando com a adesão da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) e das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e Relações Institucionais (Serin). Em 2025, agregaram-se na colaboração institucional a Secretaria da Administração (Saeb) e Casa Civil com a incorporação da prática de encontros setoriais com órgãos e entidades executores. Desse modo, a gestão de EPI passou a ser pauta sistêmica sob coordenação da Superintendência de Orçamento Público (SPO).

O conjunto de medidas e atividades relacionado ao projeto envolveu a otimização e informatização dos procedimentos relativos às atividades de suporte até o fortalecimento das parcerias institucionais com destaque para:

- Elaboração e publicação de manuais de procedimentos operacionais voltados para orientar na Formulação de Emendas Parlamentares de Natureza Impositiva e Verificação de Conformidade, publicados nos sites oficiais da Alba, Seplan e Serin;
- Desenvolvimento e implantação de ferramenta de apoio ao gerenciamento das EPI, envolvendo a Verificação de Conformidade (funcionalidade já concluída e utilizada para as emendas de 2026) e as modificações solicitadas pelos parlamentares;
- Racionalização de procedimentos e documentação dos respectivos processos, inclusive de monitoramento da execução das emendas parlamentares;
- Disponibilização, no Portal Sepege, de quatro painéis gerenciais, indicados no Quadro 06 (acesso exclusivo para usuários da Rede Governo);
- Capacitação de assessores parlamentares e servidores do Poder Executivo na incorporação, execução e gestão de EPI;
- Gestão de 758 processos de alteração de emendas (recursos provenientes de cotas dos parlamentares) do Orçamento 2025, sendo 334 modificações entre unidades executoras;
- Estruturação de unidade dedicada à gestão sistêmica de emendas, no âmbito da SPO, e a descentralização do tratamento das solicitações de alteração às respectivas unidades orçamentárias responsáveis, ficando a cargo da Seplan apenas as que envolverem mais de uma unidade orçamentária;
- Uso de meio eletrônico para tramitação de solicitações e informações, no caso, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que permite segurança no envio e recepção dos processos diretamente pela SPO e acompanhamento da tramitação pelos parlamentares, a exemplo do peticionamento eletrônico para solicitação de mudanças de apropriação de EPI no orçamento em curso.

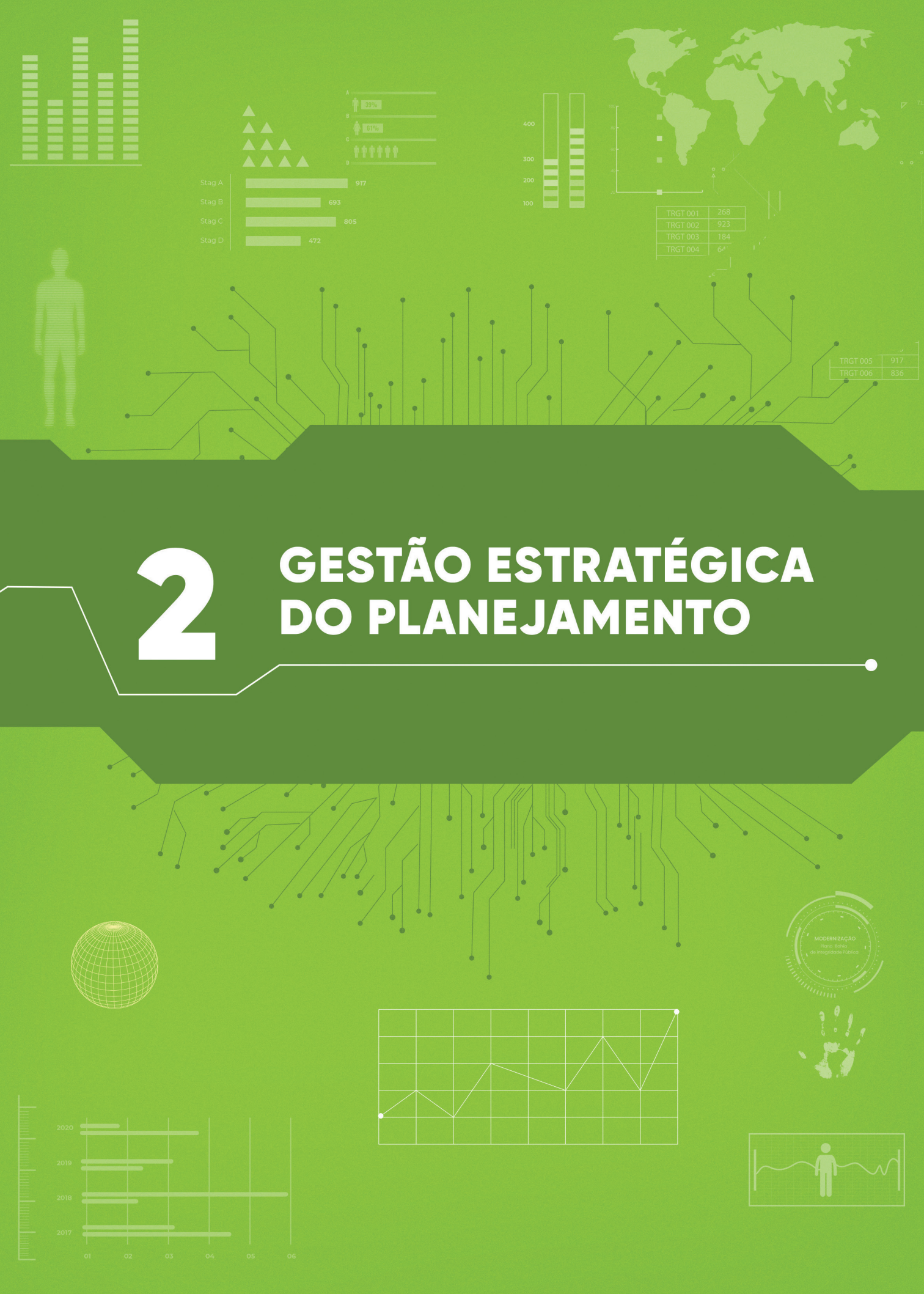
Quadro 06: PAINÉIS GERENCIAIS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL SEPEGE/BI SEPEGE/ORÇAMENTO/ EMENDAS PARLAMENTARES	
Nome	Assunto
EPI Recepcionada da Alba	As formulações originais enviadas pela Assembleia Legislativa – por parlamentar, função programática, órgão executor e município beneficiado
EPI Apropriada e Modificação Autorizada	A situação das emendas no Orçamento vigente e as que têm solicitação de mudanças autorizada para efetivação no Sistema Fiplan – por parlamentar, função programática, órgão executor, unidade orçamentária e município beneficiado
Execução de Cota Parlamentar de EPI	Valores e situação dos recursos da subfonte de cada parlamentar – por órgão executor, região beneficiada e natureza da despesa
Cota Parlamentar por Autor	Valores totalizados de emendas por parlamentar, município beneficiado e função programática

Fonte: SPO/Seplan (2025)



Capacitação do Projeto EPI - Alba

2 GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO



2. GESTÃO ESTRATÉGICA DO PLANEJAMENTO

Governança do PPA

O aperfeiçoamento da Gestão Estratégica do Ciclo Quadrienal de Planejamento está diretamente vinculado aos processos de acompanhamento, monitoramento e avalição de desempenho. Esses mecanismos fortalecem o caráter sistêmico, integrativo e estratégico da governança por meio de um diálogo colaborativo intra e interinstitucional. Além disso, viabilizam o realinhamento de diretrizes e conceitos, a revisão de estratégias e a incorporação de metodologias e ferramentas inovadoras aos planos de trabalho.

A gestão estratégica, no que concerne ao processo de acompanhamento, pretende, além de demonstrar a execução física das Ações Orçamentárias e Iniciativas, o cumprimento das metas dos Indicadores de Compromisso e a evolução dos Indicadores de Programa do PPA, as variações ocorridas entre o planejado e o realizado e a identificação de eventuais entraves, de modo a evidenciar necessidades de ajustes e subsidiar as decisões executivas.

Tal processo é considerado indissociável dos processos de monitoramento e avaliação (M&A), uma vez que produz conteúdo que os subsidia. Os órgãos e entidade executores da ação planejada foram orientados, durante este ciclo anual de M&A, a realizar o registro tempestivo e fidedigno de dados e informações, mantendo, assim, o sistema sempre atualizado.

No âmbito do processo de acompanhamento, foram destaques nesse período:

- o assessoramento prestado aos órgãos e entidades do Poder Executivo, visando à tempestividade, à consistência e à fidedignidade das informações produzidas;
- a supervisão contínua das funcionalidades do Sistema Fiplan para execução tempestiva de verificação de conformidades e ajustes;
- a produção de painéis eletrônicos de *Business Intelligence* (BI) em diferentes recortes, evidenciando a execução das ações planejadas de governo, inclusive de programas especiais e agendas transversais.

De suma importância para o aperfeiçoamento da gestão estratégica do ciclo quadrienal de planejamento, o monitoramento compreende os processos de análise de dados e informações oriundos do processo de acompanhamento da execução das Ações Orçamentárias.

O processo de planejamento para o monitoramento e avaliação (M&A) define-se como preparatório para fins de alinhamento institucional e pactuação de informações essenciais que subsidiarão as atividades e processos que integram o monitoramento e a avaliação de Programas do PPA. Nesse aspecto, foram realizados no período:

- Introdução e atualização de práticas que aprimoraram o processo de planejamento para o M&A
- Alinhamento conceitual e processual, junto às Assessorias de Planejamento e Gestão (APG), Coordenações de Controle Interno (CCI) e Unidades Setoriais de Planejamento (USP)
- Indicativos e registros da continuidade da execução física das Ações orçamentárias, da pretensão da evolução das metas dos Indicadores de Compromisso, no exercício, e atualização dos componentes gerenciais das iniciativas
- Relatórios com indicativos de melhorias das programações quadrienal e anual

O monitoramento estratégico, em sua dupla função analítica e interventiva, ocorre tanto ordinariamente – após análises das informações disponibilizadas no sistema Fiplan – como extraordinariamente, quando há registros fora do período preestabelecido ou quando um risco ou inconformidade se materializa, indicando a necessidade de imediata intervenção.

A partir de indicativos apontados pelo monitoramento, decorrem definições relacionadas à necessidade de medidas de aprimoramento continuado das ações planejadas, expressas nas programações quadrienal e anual e nas informações qualitativas prestadas pelos órgãos e entidades executores.

Em 2025, foi introduzida a elaboração de Planos de Melhoria, a partir dos resultados da Avaliação de Desempenho dos Programas de PPA.

Nesse sentido, foram realizadas 26 reuniões de Colaboração Institucional, com a participação dos órgãos e entidades executores da ação planejada, por meio da metodologia de Rodas Dialógicas Interpretativas.

O resultado desse processo foi sistematizado no **Relatório de Indicativos de Melhoria**, voltados para o aprimoramento das programações anual e quadrienal, além de complementar o relatório inicial, elaborado na etapa de Planejamento para o M&A

Indicativos de Melhoria relevantes para subsidiar o processo de revisão do PPA 2024-2027 – alterações de fórmulas de cálculo, descritores e valores de referência, exclusão ou criação de atributos e revisão de valores de metas de:



Os avanços obtidos no processo de monitoramento estratégico refletem o aprimoramento do ciclo do planejamento e gestão estratégica, ao proporcionar um melhor conhecimento acerca das políticas públicas e sua transversalidade (inclusive programas especiais e agendas transversais).

A implementação dos Planos de Melhoria, os aperfeiçoamentos de funcionalidades do Sistema Fiplan, a verificação de conformidade dos registros realizados e eventuais sinalizações de ajustes, permitiram aos gestores da ação planejada a oportunidade de adotar medidas, preventivas ou corretivas acerca de comprometimentos das ações sob sua responsabilidade.

Avaliação de Desempenho do PPA

A Avaliação de Desempenho do PPA é um processo essencial que gera informações qualificadas para suportar a gestão e auxiliar na tomada de decisões. Além disso, alimenta o ciclo do planejamento, aprimorando a execução da ação governamental e, por consequência, dos resultados desejados.

Nesse contexto, a avaliação dos Programas do PPA se configura como um importante instrumento de gestão estratégica. Esse processo, conduzido pela Superintendência de Gestão Estratégica (SGE), objetiva colaborar com os órgãos responsáveis por componentes do PPA ao longo do exercício, fornecendo o alinhamento técnico e as orientações necessárias acerca do processo de avaliação de desempenho.

Os esforços de avaliação se concentraram, em especial, na apuração de **Indicadores de Programas**, requerendo uma análise de consistência e conformidade dos dados apresentados de forma articulada com as respectivas unidades responsáveis

As funcionalidades do Sistema Fiplan relacionadas à apuração e avaliação de Indicadores de Programa foram ampliadas, possibilitando a inserção de ajustes e atualização das informações de períodos anteriores, tornando-as mais precisas e representativas da realidade dos fatos.

As informações relacionadas à apuração de Indicadores de Compromissos, Iniciativas e execução orçamentário-financeira e física do Orçamento Anual, obtidas no processo de acompanhamento, resultaram na elaboração do Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo. Para tanto, foram realizadas consolidação e manipulação dos dados, cálculos e geração automatizada de tabelas e textos, por meio da utilização das

técnicas de *machine learning* do *Software R*, visando à análise quantitativa e qualitativa dos elementos avaliativos.

Os resultados da avaliação de desempenho dos programas do PPA do Poder Executivo do exercício de 2024, também foram apresentados nas Reuniões de Colaboração Institucional, ocorridas entre abril e junho de 2025.

Durante esse processo, além da recomendação de que os órgãos e entidades do Poder executivo elaborassem Planos de Melhoria, visando a solucionar entraves que afetaram o desempenho dos programas, foi sugerido que revisassem os componentes do PPA sob sua responsabilidade e apresentassem as fragilidades que comprometem seu desempenho.

As informações contidas no Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo estão organizadas e disponíveis nos painéis eletrônicos de *Business Intelligence* (BI)[1].

Vale destacar que o avanço progressivo e considerável da metodologia de avaliação de desempenho tem permitido uma análise em três níveis: estratégico, tático e operacional, a exemplo da identificação de avanços e oportunidades de melhoria, evidenciados nos Indicadores de Programa, Indicadores de Compromissos e Indicadores Orçamentário-Financeiros e Físicos dos componentes do PPA.

O objetivo é aprimorar a tomada de decisão com base em evidências geradas durante o acompanhamento da ação governamental, promovendo, assim, a construção de conhecimento para fortalecer a governança da política pública orientada pelo PPA.

Avaliação de Políticas Públicas

A Bahia vem se consolidando no campo da avaliação de desempenho do Plano Plurianual, cuja evolução metodológica iniciou no PPA 2012-2015.

A partir do PPA 2024-2027, a avaliação de políticas públicas afirma-se como uma ferramenta central para qualificar o desenho das ações, definir metas e indicadores precisos e tangíveis, e instituir processos técnicos sistemáticos de análise de resultados, desempenhos e impactos da ação governamental.

A implementação de um **Sistema de Avaliação de Políticas Públicas** representa um avanço ao introduzir, de forma estruturada e institucionalizada, a avaliação de políticas públicas como componente sistêmico do ciclo de planejamento e gestão estratégica

1 Disponível no Boletim Avanços e Oportunidades de Melhoria dos Programas do PPA, painel cujo objetivo é facilitar a comunicação dos resultados e a retroalimentação dos processos de monitoramento e avaliação

Trata-se de uma iniciativa que fortalece a gestão pública com a introdução de um modelo baseado em aprendizagem institucional, produção de conhecimento e qualificação de resultados.

O Sistema de Avaliação de Políticas Públicas tem como objetivo promover a cultura de avaliação de políticas públicas, buscando o fortalecimento da participação e do controle social, ao tempo em que subsidia o planejamento governamental.

Para tanto, o sistema estabelecerá uma agenda anual, formalizada pelo Plano Anual de Avaliação de Políticas Públicas, que conduzirá e orientará a realização das avaliações, focando nas políticas públicas mais estratégicas ou prioritárias, as quais serão selecionadas por um Comitê de Avaliação de Políticas Públicas (CAPP) de natureza deliberativa e consultiva.

O **CAPP** foi instituído mediante Portaria Conjunta Seplan, Saeb, Secti, Fapesb e SEI. Constitui-se como marco para o estabelecimento de uma agenda de avaliação de políticas públicas

Nesse escopo, é de grande relevância a proposta de criação da Rede de Avaliadores em Políticas Públicas com base na experiência atual da Rede de Consultores Interna do estado sob responsabilidade da Saeb.

A Rede proposta consiste em atrair servidores, com perfil adequado, para atuarem como consultores internos, com o propósito de ampliar a capacidade estatal de avaliar políticas públicas, com transferência de tecnologia, qualificação técnica e, consequentemente, da gestão pública. A criação dessa rede será fruto de um trabalho integrado entre a SGE e UCS Seplan.

Captação de Recursos: Estratégia Viabilizadora do Desenvolvimento

O financiamento de políticas, programas e projetos desempenha relevante papel no planejamento governamental e, nesse sentido, a captação de recursos se constitui como estratégia viabilizadora da ação planejada para o desenvolvimento econômico e social.

Assim, a Seplan promove as negociações de parcerias e mobilizações de recursos, junto a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, e de forma articulada com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e de outras esferas de Governo, por meio da Superintendência de Captação de Recursos Financeiros (SPF).

A viabilização de operações de crédito é uma das iniciativas prioritárias da Secretaria, especialmente na captação de recursos para as ações estruturantes previstas no PPA 2024-2027 (infraestruturas urbana e rodoviária, mobilidade, segurança pública, saúde, educação e modernização da gestão pública), com atenção especial aos territórios mais vulneráveis.

Em 2025, a Seplan ampliou a capacidade de investimento do Estado, com cerca de R$ 8 bilhões em operações de crédito, fortalecendo a sustentabilidade fiscal. Parte dessas operações foi destinada ao refinanciamento da dívida pública, com a substituição de passivos mais onerosos por novas operações, com prazos mais longos e taxas de juros mais favoráveis, reduzindo, assim, o custo do serviço da dívida e ampliando o espaço fiscal para investimentos e políticas sociais.

A Carteira Ativa de Transferências Voluntárias, cujos recursos são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), acumulou um montante da ordem de R$ 8,9 bilhões, sendo R$ 8,2 bilhões provenientes de repasse e R$ 687,3 milhões de contrapartida estadual. É destaque nesse segmento a celebração de 18 Termos de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Seleções e 79 Planos de Ação de Transferências Especiais.

A Tabela 02 demonstra a posição atualizada da execução financeira da Carteira de Transferências Voluntárias, evidenciando os instrumentos celebrados em 2025, dos quais, cerca de R$ 2,8 bilhões já foram liberados para o Estado da Bahia e aplicados nos seus respectivos projetos.

Tabela 02: EXECUÇÃO FINANCEIRA DA CARTEIRA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EM 2025

Qualificação do Instrumento	Valor do Repasse	Valor da Contrapartida	Valor Total do Investimento	Valor dos Recursos Liberados de Repasse	Valor dos Recursos Executados
Contrato de Repasse	1.986.642.810,00	430.785.947,00	2.417.428.757,00	1.263.841.980,00	1.436.791.497,00
Convênio	2.136.852.171,00	201.618.264,00	2.338.470.435,00	945.549.032,00	833.304.799,00
Emendas Parlamentares - Transferências especiais	439.374.772,00	-	439.374.772,00	439.374.772,00	216.300.837,00
Termos de Compromisso – PAC Seleções	3.712.034.594,00	54.988.000,00	3.767.022.594,00	202.136.297,00	125.500.203,00
Total	**8.274.904.347,00**	**687.392.211,00**	**8.962.296.559,00**	**2.850.875.081,00**	**2.611.897.336,00**

Fonte: Fiplan – Relatório GRC 82 – 30/12/2025

A captação de recursos apresentou as seguintes situações:

- **Captação Interna** - totalizou R$ 10,9 bilhões, sendo R$ 10,8 bilhões provenientes de financiamentos e R$ 102,3 milhões, de contrapartida estadual;
- **Captação Externa** - contou com US$ 1.159 bilhões de recursos globais, sendo US$ 950 milhões provenientes de financiamento e US$ 209,5 milhões, de contrapartida estadual.

Para o Orçamento anual 2025 foram destinados R$ 5,951 bilhões para o repasse dessas operações de crédito, dos quais R$ 2,095 bilhões foram executados, representando 35% do valor inicialmente previsto para o exercício. O total de valores destinados para o repasse das operações de crédito externo foi de R$ 2.348 bilhões, com execução financeira de 45,81% (R$ 1.076 bilhões) do valor inicialmente previsto para o exercício.

Vale ressaltar que as altas demandas por captação de recursos limitam a margem de endividamento do Estado, conforme definido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o

que tem implicado no estabelecimento permanente de prioridades, represando a demanda existente.

Os instrumentos de captação celebrados em 2025 alcançaram o volume de R$ 1.065.893.859,00 em valores repassados, conforme demonstrado na Tabela 03.

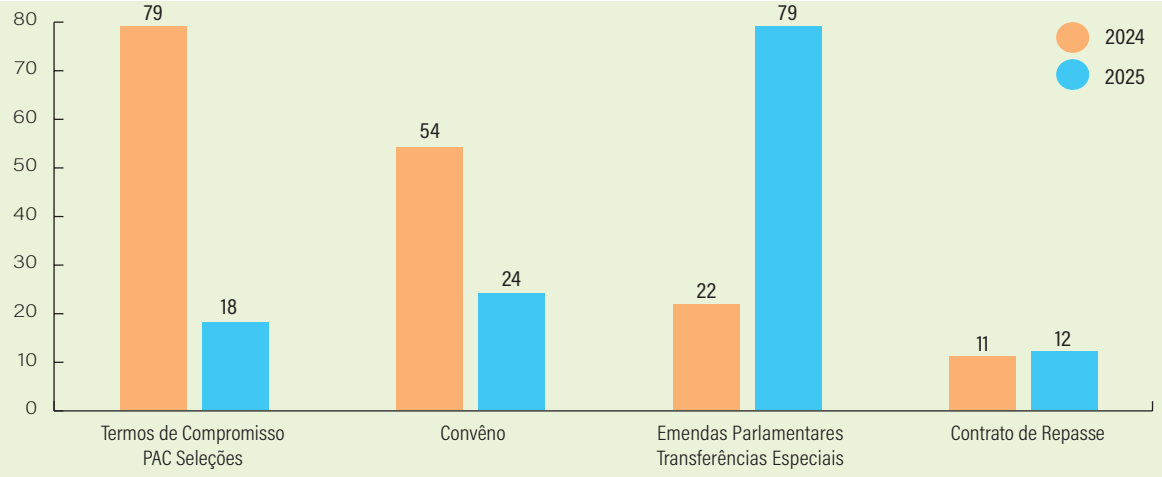
Tabela 03: INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO CELEBRADOS EM 2025

Qualificação	Nº de Instrumentos	Repasse (R$)	Total (R$)
Contrato de Repasse	12	25.435.388	25.435.388
Convênio	24	80.725.708	80.725.708
Termos de Compromisso - PAC Seleções	18	838.029.429	838.029.429
Emendas Parlamentares - Transferências Especiais	79	121.703.334	121.703.334
Total	**133**	**1.065.893.859**	**1.065.893.859**

Fonte: FIPLAN - Relatório GRC 82/ Modulo Gestão de Recursos Captados e Transferegov, em 30/12/2025

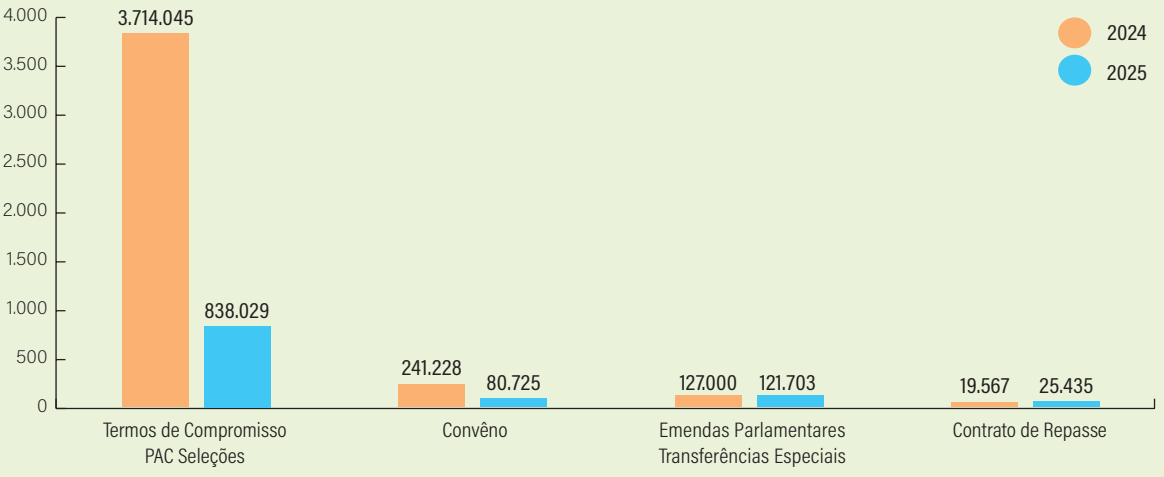
Os Gráficos 01 e 02 apresentam o comparativo 2024/2025 de quantidade e valores dos instrumentos de captação celebrados.

Gráfico 01: COMPARATIVO 2024/2025 DA QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS CELEBRADOS



Fonte: FIPLAN - Relatório GRC 82/ Modulo Gestão de Recursos Captados e Transferegov, em 07/01/2025 e 30/12/2025

Gráfico 02: COMPARATIVO 2024/2025 DE VALORES DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS Em R$ 1.000,00



Fonte: FIPLAN - Relatório GRC 82/ Modulo Gestão de Recursos Captados e Transferegov, em 07/01/2025 e 30/12/2025

As Tabelas a seguir apresentam a execução dos recursos captados em 2025, tanto por Secretaria de estado, quanto por Programas do PPA 2024-2027. Observa-se um expressivo volume de recursos liquidados, do total de cerca de R$ 10,7 bilhões, para as Secretarias que executam ações voltadas para a mobilidade urbana e melhoria de estradas, especialmente os Programas Bahia em Movimento – Logística para o Crescimento e Mobilidade Urbana.

Tabela 04: EXECUÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS 2025 – SECRETARIAS DE ESTADO — Em R$

Orgãos Executores	Valor Previsto	Valor Empenhado	Valor Liquidado
Encargos Gerais do Estado	3.104.256.205,00	748.005.450,00	748.005.450,00
Secretaria da Administração	78.672.114,00	8.507.663,09	8.084.917,22
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura	49.304.242,00	11.582.914,27	11.475.353,09
Secretaria da Educação	397.469.085,00	242.259.225,34	129.279.646,07
Secretaria da Fazenda	57.864.873,00	48.839.717,55	35.099.293,01
Secretaria da Saúde	356.570.297,00	215.608.975,97	166.299.019,72
Secretaria da Segurança Pública	638.317.723,00	229.912.830,82	125.249.134,84
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização	8.383.826,00	2.977.304,35	2.620.278,78
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	103.024.553,00	49.668.740,42	48.852.971,17
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	5.476.197,00	1.917.248,42	1.912.728,42
Secretaria de Cultura	35.480.486,00	22.093.544,71	21.184.551,69
Secretaria de Desenvolvimento Rural	400.816.114,00	86.786.429,72	86.462.429,72
Secretaria de Desenvolvimento Urbano	3.084.394.020,00	1.461.253.387,14	1.461.152.437,81
Secretaria de Infraestrutura	1.610.501.760,00	815.962.830,98	778.173.296,04
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento	425.464.101,00	68.536.024,13	63.429.414,12
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	28.855.444,00	9.217.318,81	7.842.160,65
Secretaria de Políticas para as Mulheres	2.899.699,00	1.018.312,99	371.979,68
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais	2.033.459,00	298.666,00	298.666,00
Secretaria de Relações Institucionais	50.000,00	-	-
Secretaria de Turismo	82.811.739,00	26.193.467,09	19.715.898,85
Secretaria do Meio Ambiente	8.643.944,00	7.586.714,70	7.577.382,57
Secretaria do Planejamento	191.603.000,00	153.000,00	153.000,00
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte	46.143.714,00	28.672.213,86	28.485.927,46
Total	**10.719.036.595,00**	**4.087.051.980,36**	**3.751.725.936,91**

Fonte: Fiplan (2025)

No caso da execução por Programas do PPA:

Tabela 05: EXECUÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS 2025 – PROGRAMAS PPA 2024-2027 Em R$

Orgãos Executores	Valor Previsto	Valor Empenhado	Valor Liquidado
400 – Acesso à Justiça e aos Direitos Humanos	25.782.062,00	8.350.380,66	7.595.231,00
401 – Educação e Cultura em Direitos Humanos	300.000,00	-	-
402 – SUAS Bahia: Fortalecendo a Assistência Social	7.302.176,00	95.301,50	95.301,50
403 – Segurança Alimentar e Nutricional com Justiça Social	85.983.143,00	44.434.205,10	43.618.435,85
404 – Cuidado em Liberdade: Reduzindo Danos	8.658.125,00	4.058.125,00	4.058.125,00
405 – Bahia Mais Inovadora: Estímulo e Difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação	4.787.756,00	1.228.809,42	1.224.289,42
406 – Cultura em Toda a Bahia	32.630.486,00	21.515.769,71	20.606.776,69
407 – Memória e Patrimônio Cultural	2.600.000,00	500.000,00	500.000,00
408 – Economia da Cultura e Inovação	150.000,00	-	-
409 – Cresce Mais Bahia	1.910.000,00	-	-
411 – Viva Bahia: Turismo e Desenvolvimento	82.811.739,00	26.193.467,09	19.715.898,85
413 – Bahia Solidária e Artesanal	4.295.743,00	2.434.959,95	2.434.959,95
414 – Esporte por Toda Parte	41.347.971,00	26.237.253,91	26.050.967,51
415 – Minha Terra Legal: Acesso à Terra e Garantia de Direitos no Campo	631.043,00	-	-
416 – Cultive Conhecimento: Assistência Técnica e Extensão Rural para o Sucesso no Campo	24.450.000,00	149.940,00	149.940,00
417 – Campo Sustentável: Cultivando a Vida e o Futuro	375.066.755,00	89.841.374,33	89.409.813,15
418 – Bahia Minha Casa	281.960.700,11	28.716.832,23	28.715.882,07
419 – Mobilidade Bahia	2.546.811.640,41	1.301.805.936,56	1.295.065.500,45
420 – Universalização do Saneamento Básico	519.733.662,00	149.946.050,85	149.731.721,28
421 – Urbaniza Bahia	556.170,00	556.169,96	556.169,96
422 – Escola Presente: Permanências e Aprendizagem	232.360.210,00	192.807.020,88	82.663.498,48

Fonte: Fiplan (2025)

Em 2025, o grau de execução das operações de crédito externo, da ordem de 45%, superou à execução ocorrida com recursos de operação de crédito interno, que alcançou 35%. A carteira de operações de crédito interno apresentou um aumento, em relação a 2024, passando de cerca de R$ 6,0 bilhões para mais de R$ 10,0 bilhões (Tabela 06).

Quanto a carteira de operações de crédito externo observa-se uma execução de 45,81%, conforme demonstrado na Tabela 07.

Tabela 06: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO – 2025

Operação de Crédito Interno	Vigência	Executor	Valor Financiamento (R$ 1.000,00)	Valor Contrapartida (R$ 1.000,00)	Total Investimento (R$ 1.000,00)	Execução 2025
CEF SANEAMENTO PARA TODOS – PROGRAMA DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS – MAP 1 – LAURO DE FREITAS	31/12/2025	Sedur	616.000,00	32.421,05	648.421,05	0%
CEF PRO-TRANSPORTE -METRÔ DE SALVADOR, LINHA 1, TRAMO 3	30/06/2027	Sedur	1.000.000,00	-	1.000.000,00	95%
BB PROINFRA III – 2ª ETAPA – PROGRAMA INTEGRADO DE INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	29/03/2025	Seplan/ Sedur/ Seinfra/ SSP	81.112,88	4.269,10	85.381,98	0%
CEF FINISA – IMPLANTAÇÃO DO VEÍCULO LEVE DE TRANSPORTE – VLT	31/11/2026	Sedur	32.422,91	1.706,47	34.129,38	0%
BB PROINFRA IV – PROGRAMA INTEGRADO DE INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	31/12/2025	SIHS/ Seinfra/ Sefaz/ Sedur/ Seplan	78.269,71	4.119,46	82.389,17	0%
SANTANDER/ITAÚ PROSEGURANÇA II – PROGRAMA DE INVESTIMENTO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	31/12/2026	SSP	600.000,00	-	600.000,00	100%
VIABILIZAÇÃO DE CONTRAPARTIDAS DE FINANCIAMENTOS E DE TERMOS DE COMPROMISSO PARA INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DE INFRAESTRUTURA URBANA, DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E DE MOBILIDADE URBANA/ FINISA 150 M	24/04/2027	Egerais/ Sedur/ Sesab/ SIHS	154.864,81	8.150,78	163.015,59	0%
BNDES SERTÃO VIVO – PROJETO SEMEANDO RESILIÊNCIA CLIMÁTICA EM COMUNIDADES RURAIS NO NORDESTE - PROJETO SERTÃO VIVO BAHIA	31/12/2028	SDR	1.200.000,00	-	1.200.000,00	0%
INVESTIMENTOS PARA RENOVAÇÃO DE FROTA DO SISTEMA METROVIÁRIO DE SALVADOR E LAURO DE FREITAS – PAC	09/03/2029	Sedur	2.000.000,00	-	2.000.000,00	0%
BB PROINFRA V - PROGRAMA INTEGRADO DE INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	31/12/2026	SIHS/ Seinfra/ Sedur	10.813.845,32	120.270,12	10.916.115,44	35%
EXECUÇÃO DE OBRAS DE MACRODRENAGEM EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO – PAC	30/01/2028	Sedur	81.112,88	4.269,10	85.381,98	0%
EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NO ESTADO – PAC	30/09/2028	Sedur	32.422,91	1.706,47	34.129,38	0%

Tabela 06: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO – 2025

Operação de Crédito Interno	Vigência	Executor	Valor Financiamento (R$ 1.000,00)	Valor Contrapartida (R$ 1.000,00)	Total Investimento (R$ 1.000,00)	Execução 2025
URBANIZAÇÃO INTEGRADA EM DIVERSOS BAIRROS NA REGIÃO DA CIDADE BAIXA, NO MUNICÍPIO DE SALVADOR – PAC	30/09/2028	Sedur	78.269,71	4.119,46	82.389,17	0%
INVESTIMENTOS NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA/FINISA 600 M	19/09/2027	Sedur	600.000,00	-	600.000,00	100%
INVESTIMENTOS PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO VLT – PAC	30/09/2028	Sedur	154.864,81	8.150,78	163.015,59	0%
BB PROINFRA VI – PROGRAMA INTEGRADO DE INFRAESTRUTURA GOVERNAMENTAL	19/12/2027	Sedur/ Seinfra	1.200.000,00	-	1.200.000,00	0%
BRADESCO/ ITAÚ UNIBANCO/ SANTANDER - PRECATÓRIOS	-	Egerais	2.000.000,00	-	2.000.000,00	0%
Total			**10.813.845,32**	**120.270,12**	**10.916.115,44**	**35%**

Fonte: SPF/Seplan 23/12/ 2025

Tabela 07: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2025

Operação de Crédito Externo	Vigência	Executor	Valor Financiamento (U$ 1.000)	Valor Contrapartida (U$ 1.000)	Total Investimento (U$ 1.000)	Execução 2025
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia – PROFISCO II	46496	Sefaz	40.000	4.500	44.500	61%
Sistema Viário Ponte SSA x Itaparica	47456	Sefaz/ Seinfra	150.000	37.500	187.500	100%
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS II	47766	SDR/ CAR	100.000	50.000	150.000	0%
Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia – PRÓ-RODOVIAS	48844	Seinfra	150.000	37.500	187.500	2%
Programa de Fortalecimento do SUS no Estado da Bahia – PROSUS II	47464	Sesab	150.000	37.500	187.500	3%
Parceiro da Mata/BID	47843	SDR/CAR	100.000	27.100	127.100	10%
Parceiro da Mata/FIDA	47843	SDR/CAR	18.000	4.900	22.900	20%
Bahia Mais Digital	47479	Saeb	42.000	10.500	52.500	11%
Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia – Bahia Sustentável	46444	Seinfra/ Sedur/ Sema/ Seplan	200.000	-	200.000	34%
Total			**950.000**	**209.500**	**1.159.500**	**45,81%**

Fonte: SPF/Seplan 23/12/ 2025

As alterações no arcabouço jurídico que disciplina as transferências da União decorrentes de emendas parlamentares representaram um avanço significativo em 2025, visto que a promulgação da Lei Complementar nº 210, de 25 de novembro de 2024, representou um marco normativo ao consolidar regras para a proposição e execução das emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual (LOA). Isto reforçou parâmetros constitucionais de planejamento, transparência e controle fiscal. Ao estabelecer diretrizes aplicáveis às emendas individuais, de bancada e de comissão, houve o disciplinamento da vinculação, limites e da execução dos recursos. Entre as principais inovações, cabe destacar o limite máximo determinado para emendas individuais impositivas, qual seja, 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício anterior, assegurando, assim, previsibilidade orçamentária e alinhamento ao regime fiscal vigente[2].

A normativa também reforçou mecanismos de rastreabilidade e transparência, impondo a obrigatoriedade de identificação do parlamentar autor, detalhamento do objeto da transferência, apresentação de plano de trabalho e posterior relatório de prestação de contas, inclusive para as emendas de transferência especial, conhecidas como "emendas pix", que passam a ser submetidas à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Vale salientar que tais mudanças, em conjunto, consolidam um ambiente regulatório mais denso e facilitador do controle, produzindo impactos diretos no planejamento, execução e monitoramento das transferências, a partir do orçamento anual 2025, com destaque para o fortalecimento da segurança jurídica, da governança fiscal e da integridade na execução das políticas públicas financiadas por emendas parlamentares.

Gestão Orçamentária

A Gestão do Orçamento anual é uma atividade que se desenvolve ao longo de todo o exercício e integra o macroprocesso Gerir Orçamento Anual.

O objetivo dessa atividade é manter o Orçamento Anual adequado para fins de execução, observadas as exigências legais, as prioridades estabelecidas nos programas de trabalho dos órgãos e entidades integrantes do orçamento e as perspectivas estratégicas das políticas públicas projetadas.

Nesse aspecto, o processo de modificação do Orçamento Anual viabiliza a realização das alterações – qualitativas e quantitativas – por meio de créditos adicionais ou transposições, remanejamentos e transferência de recursos.

Em 31 de janeiro de 2025, foi publicada a Instrução Normativa Seplan nº 01/2025, que estabeleceu procedimentos complementares para operacionalizar as modificações orçamentárias no exercício. A instrução teve como propósito complementar a normatização do Processo de Modificação Orçamentária – PMO, do manual "Modificar Orçamento Anual",

2 Adicionalmente, a edição da Portaria Conjunta MF/MPO/MGI/SRI-PR nº 115, de 10 de dezembro de 2024, regulamentou a operacionalização das emendas para 2025, alinhando procedimentos à jurisprudência recente do STF (ADPF 854 e ADIs 7.688, 7.695 e 7.697). A portaria estabeleceu diretrizes para empenhos, pagamentos e tratamento dos restos a pagar, além de orientações específicas para emendas via transferência especial e para entidades privadas sem fins lucrativos beneficiárias de recursos parlamentares

publicado no site da Seplan atualizada em 2025 a partir da versão de 2024, apresentando procedimentos específicos a serem observados no exercício.

Em 2025, foram registrados 23.638 PMO, sendo 78,8% (18.632) intrassistemas, ou seja, relativos a ajustes de caráter exclusivamente programático, realizados no Sistema Fiplan sem exigência de autorização prévia da LDO e publicação de ato modificativo.

Os processos referentes a créditos adicionais e a outras modificações equivalentes, que demandam publicação de ato legal modificativo (decreto financeiro) foram da ordem de 5.006 (21,2%).

Tabela 08: PROCESSOS DE MODIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (PMO) 2025

Tipo de Instrumento	Tipo de Crédito	Qtd. PMO	PMO por Situação						
			Inicial	Cadastrado	Excluído	Encaminhado	Indeferido	Confirmado	Efetivado
DECRETO	100 - Remanejamento Interno dos Recursos	2.141	68		97	1	71		1.903
	102 - Transposição de Recursos	1.355	54	1	102	6	42	1	1.148
	110 - Inclusão de Ação Financiada por Anulação	168	7		25		5		131
	120 - Inclusão de Ação Financiada por Incorporação de Recursos	83	3		11		2		67
	140 - Incorpoção de Operação de Crédito	43			8				36
	150 - Incorporação de Excesso de Arrecadação	229	15		12		3		199
	160 - Incorporação de Superávit Financeiro	756	37		51		15		653
	170 - Incorporação de Excesso de Convênio	231	12		14		4		201
Subtotal DECRETO		**5.006**	**196**	**1**	**320**	**7**	**142**	**1**	**4.337**
INTRASSISTEMA	400 - Reprogramação entre Ações	3.351	74		141	2	39	1	3.093
	402 - Alteração de Modalidade de Aplicação	374	11		9	1	2		351
	404 - Reprogramação de Regionalização	2.530	25		66	1	7		2.431
	406 - Alteração de Destinação de Recursos	63	3		11		1		45
	407 - Alteração de Tipo de Gasto	2.362	43		85		59	20	2.155
	408 - Remanejamento entre Elementos de Despesa	9.952	16		42				9.894
Subtotal INTRASSISTEMA		**18.632**	**172**		**354**	**4**	**108**	**21**	**17.972**
TOTAL		**23.638**	**368**	**1**	**674**	**11**	**250**	**22**	**22.309**

Fonte: Fiplan/SPO (2025)

Quanto às ações relativas às receitas, destacam-se as atividades de orientação e novos cadastramentos no Sistema Fiplan (unidades orçamentárias, fontes de recursos, elementos de despesa e naturezas de receita), a Gestão do Ementário e a adequação do plano de contas de acordo com as determinações da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Além disso, uma série de orientações foram prestadas sobre fatos geradores e alterações orçamentárias referentes à inclusão de novas receitas na LOA 2025.

A Superintendência de Orçamento Público (SPO) é responsável pelo gerenciamento das necessidades de créditos suplementares sem fontes de financiamento de toda a administração do Poder Executivo, identificando os recursos disponíveis no orçamento, orientando e solucionando pendências. As demandas de maior porte ou que implicam em decisão de ordem superior, por sua vez, foram discutidas com a Secretaria da Fazenda (Sefaz), responsável por gerenciar os recursos de superávit financeiro e do excesso de arrecadação, notadamente das fontes próprias do tesouro estadual, ou, quando necessário, submetidas à Junta Orçamentária.

Em 2025, foram contabilizados em torno de 758 processos de alteração provenientes de recursos de cotas parlamentares, sendo que deste total 334 foram modificações entre unidades executoras e as demais a alterações diversas.

Foram realizados estudos direcionados ao estabelecimento da cota das Emendas Parlamentares Impositivas - EPI para 2026 em cumprimento ao disposto no Capítulo III, Seção IV (artigos 49 a 62) da Lei nº 14.935 (LDO 2026). O montante de R$ 650,47 milhões, ou 1% da Receita Corrente Líquida de 2024, conforme dispositivo legal, representou um valor de R$ 10,3 milhões por deputado, que distribuiu sua cota obedecendo os limites mínimos de 50% para Saúde, 15% para Educação e, no máximo, 35% para outras áreas de livre indicação.

Vale ressaltar que, no exercício de 2025, foram processados recursos no montante de R$ 91 milhões, por meio de 44 processos de incorporação referentes a recursos arrecadados no exercício, e três processos de incorporação no montante de R$ 199,7 milhões, referentes a superávit financeiro de exercícios anteriores.

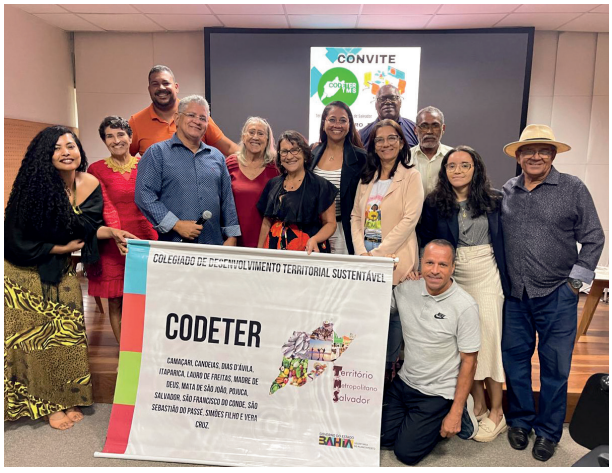
Além disso, foram remanejados R$ 17,2 milhões para alocação de recursos nas respectivas programações por meio de um único PMO para a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e R$ 177,4 milhões de superávit por meio de 198 PMO para 14 Secretarias de Estado[3].

Governança Territorial

No âmbito das práticas participativas nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação, envolvendo a governança territorial e suas articulações, a Seplan participou

3 Secretaria da Administração (Saeb), Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação (Secti), Secretaria da Cultura (Secult), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria da Educação (SEC), Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais (Sepromi), Secretaria de Relações Institucionais (Serin), Secretaria da Segurança Pública (SSP), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e Secretaria de Turismo (Setur).

das plenárias dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (Codeter), organizando e orientando suas realizações, qualificando as discussões e possibilitando, além de foco mais estruturado nas propostas das escutas territoriais, uma mediação mais apropriada acerca da interpretação das políticas públicas debatidas.



Plenária Codeter do Território Metropolitano

Vale destacar que o desempenho dos Codeter está condicionado ao suporte financeiro disponível para a execução de suas ações. Nesse sentido, torna-se imperativo o aperfeiçoamento de mecanismos que viabilizem a sustentabilidade e efetividade desses colegiados.

Na perspectiva da promoção do fortalecimento desses colegiados territoriais foram realizadas as seguintes pautas:

- Acompanhamento das plenárias territoriais, propondo pontos de pauta e discussão sobre o processo de atendimento das propostas das escutas territoriais do PPA 2024-2027.
- Orientação para a eleições dos Codeter, fortalecendo sua composição.
- Organização e facilitação das pautas do Programa de Aquisição e Consumo de Alimentos Saudáveis (PAS Nordeste) nos 27 Codeter.
- Mobilização, apoio e participação nas Conferências Territoriais de Direitos Humanos, nos 27 Territórios de Identidade.
- Organização, mobilização e apoio nas Conferências de Desenvolvimento Rural (municipais, territoriais e estadual).
- Mobilização e apoio para as Conferências Territoriais de Políticas para as Mulheres.
- Apoio às Conferências Territoriais de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.


Reunião do Cedeter - Salvador

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), instância colegiada de caráter consultivo e de assessoramento da Seplan que subsidia a elaboração de propostas de políticas públicas e de estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia, realizou, em 2025, quatro reuniões ordinárias presenciais.

O Conselho avançou em pautas institucionais, merecendo destaque a expressiva participação das representações governamentais nas reuniões, consolidando a defi-



Reunião do Cedeter - Salvador

nição prévia das pautas, dentre os temas relevantes para a política de desenvolvimento territorial debatidos, além da requalificação dos 27 PTDS, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI BAHIA 2050 e a participação social no monitoramento do PPA 2024-2027.

Foram expedidas resoluções sobre o regimento interno e a reconfiguração territorial para o PPA 2028-2031. Além disso, deliberou-se pela criação de um grupo de trabalho para regulamentar a Política Estadual de Desenvolvimento Territorial (Lei nº 13.214/14).

No âmbito da governança territorial, um aspecto relevante é o processo de participação social no monitoramento da execução das demandas da escuta social. Merece cuidado e atenção a ampliação dos esforços institucionais para o cumprimento desse propósito, que visa a permitir que a sociedade, por meio do Comitê de Acompanhamento do PPA (Cappa) e dos colegiados territoriais, participe do monitoramento do Plano Plurianual.

Em 2025, foram realizadas as análises críticas acerca do mapeamento junto às Secretarias e entidades das ações que possam ser executadas de forma colaborativa e parceira com colegiados territoriais e consór-

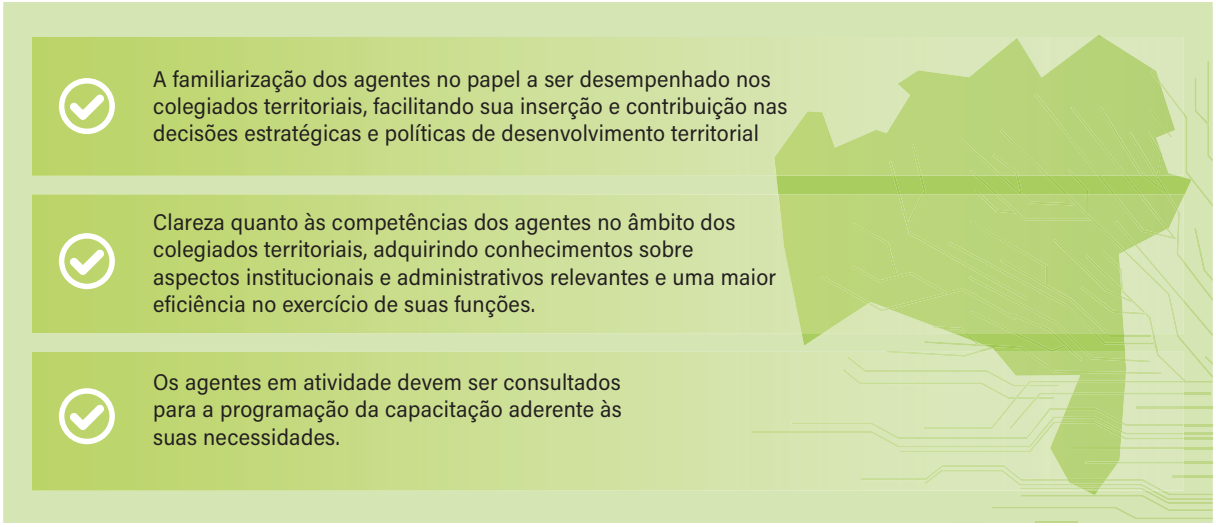
Está em desenvolvimento uma metodologia que orientará as instâncias da **governança territorial**, definindo modelos e formatos de relatório, essenciais para viabilizar a participação social no monitoramento, e um calendário de atividades para o ano de 2026

cios públicos e do atendimento das propostas da escuta para o ano corrente. Embora o acompanhamento das propostas da escuta tenha sido priorizado, a participação social no seu monitoramento ainda está em evolução.

Outro destaque da governança territorial foi a contratação (via Regime Especial de Direito Administrativo – REDA), e capacitação, de Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT) para atuar na prestação de suporte técnico e administrativo para mais seis Territórios de Identidade. A partir dessa contratação, todos os 27 Territórios de Identidade passaram a ser contemplados com o apoio técnico de um ADT.

A figura abaixo apresenta os destaques quanto aos ADT

Figura 11: ADT - AVANÇOS



Fonte: CEPT/Seplan

Consórcios Públicos

O consorciamento para o desenvolvimento territorial é uma atribuição da Seplan, que busca ampliar as condições para realizar políticas públicas com maior eficiência na utilização dos recursos.

No contexto da Política Territorial, a Bahia incentiva e dá suporte institucional, técnico e financeiro para a estruturação de consórcios por meio da realização de uma série de entregas voltadas à implantação de serviços de apoio aos consórcios multifinalitários. Tais serviços, conforme descrito no Quadro 07, demandam, além de um reforço orçamentário para sua ampliação, um maior empenho de articulação institucional, visando à adesão dos consórcios.

Quadro 07: SERVIÇOS DE APOIO A CONSÓRCIOS MULTIFINALITÁRIOS REALIZADOS EM 2025

Tipo	Objetivo
Assessoramento técnico com orientações sobre a constituição dessas autarquias e temas relacionados à celebração de convênios e prestação de contas	Auxiliar os consórcios na melhoria da sua atuação, especialmente no que se refere às parcerias firmadas com outros órgãos do Executivo Estadual

Quadro 07: SERVIÇOS DE APOIO A CONSÓRCIOS MULTIFINALITÁRIOS REALIZADOS EM 2025	
Tipo	Objetivo
Elaboração do Modelo de Gestão Consorcial (MGC) – ferramenta de indução ao desenvolvimento institucional e à profissionalização dos consórcios multifinalitários baianos em parceria com a Coordenação de Consórcios do Gabinete do Governador	Fortalecer a organização e gestão dos consórcios públicos municipais multifinalitários, estabelecendo um referencial comum de boas práticas de gestão pública orientadas a resultados e um sistema de certificação vinculado ao suporte técnico e à elegibilidade visando a celebração de novos instrumentos com o Estado
Desenvolvimento da solução digital 'Sistema CONSIS 360' em parceria com a Coordenação de Consórcios do Gabinete do Governador	Fortalecer a governança das parcerias firmadas entre o Governo do Estado da Bahia e os consórcios públicos, permitindo uma gestão centralizada, sistemática e transparente, em apoio à tomada de decisão

Fonte: CEPT/Seplan

A formação continuada de gestores e técnicos de consórcios públicos e municípios também é uma iniciativa de destaque no escopo da CEPT.

Visando qualificar a atuação dessas entidades, tanto do ponto de vista gerencial quanto da execução da política pública, foram realizadas atividades formativas para as equipes dos consórcios públicos multifinalitários, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 08: ATIVIDADES FORMATIVAS DAS EQUIPES DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS MULTIFINALITÁRIOS		
Tema	Assunto	Quantidade de Pessoas Capacitadas
Gestão e fiscalização de contratos	Noções de gestão e fiscalização de contratos, com base na Nova Lei de Licitações e Contratos	21 gestores e técnicos
Oficina sobre Resíduos Sólidos	Apresentação das estratégias de solução para os resíduos sólidos adotadas pelo Consórcio Conscensul do Estado de Sergipe, visando "zerar" os lixões no Estado	18 pessoas

Fonte: CEPT/Seplan





Eventos de capacitação de Consórcios - Salvador

A ampliação de conhecimentos é tema de grande relevância que deve sempre ser estimulado, considerando, sobretudo, o incentivo constante pela adesão às atividades formativas e promoção de *benchmarking* acerca das experiências exitosas aplicadas em outras unidades federativas.

Nesse aspecto, a CEPT realizou visita técnica a seis consórcios públicos nos Estados de Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de identificar boas práticas em governança, sustentabilidade e inovação consorcial, que possam servir de referência para o fortalecimento e desenvolvimento organizacional dos consórcios públicos multifinalitários baianos.

Foram identificadas práticas exitosas nas áreas de Tecnologia, Gestão, Compras Compartilhadas, Saúde e Resíduos Sólidos dos seguintes consórcios: Consórcio de Inovação na Gestão Pública – CIGA, Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, Consórcio Interfederativo de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMUNESC – CIN-AMUNESC e Consórcio Metropolitano de Serviços do Paraná – COMESP.

O apoio à estruturação dos consórcios multifinalitários possibilita dotá-los de estrutura física adequada ao cumprimento das suas atribuições. Em 2025, quatro convênios foram formalizados com os Consórcios Chapada Velha, Médio Sudoeste da Bahia, Portal do Sertão e Médio Rio das Contas para aquisição de equipamentos de informática, mobiliários, eletrodomésticos e veículos por meio de recursos repassados pela Seplan no valor de R$ 865.288,76.

Apesar de se tratar de um processo bem ajustado, verifica-se a necessidade de aprimorar o processo de execução e prestação de contas dos convênios, de forma a evitar equívocos que ainda são cometidos.

Planejamento Estratégico de Referência e Modelo de Gestão Consorcial foi o tema da apresentação da CEPT no evento "20 anos da Lei dos Consórcios Públicos: do Marco à Transformação", promovido pela Seplan e Secretaria de Turismo (Setur)[4].

Além de refletir sobre os avanços, desafios e aprendizados da gestão consorcial no Brasil, consolidando as experiências da Bahia e de outros estados em governança cooperativa, inovação e gestão pública compartilhada, foram apresentadas experiências de consórcios públicos baianos e de outros estados da Federação. O evento contou com a participação de 150 pessoas, entre gestores municipais e estaduais, representantes de consórcios, órgãos de controle, instituições como a Frente Nacional de Prefeitos e universidades de diferentes regiões do país.





Evento comemorativo pelos 20 Anos da Lei de Consórcios Públicos - Auditório Zezéu Ribeiro - Salvador

4 Evento que teve o apoio da Federação dos Consórcios Públicos do Estado da Bahia (FECBahia), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa)

3 CONHECENDO A BAHIA

3. CONHECENDO A BAHIA

A produção de conhecimento técnico é o alicerce para decisões estratégicas e assertivas. Conhecer a Bahia por meio de dados, indicadores e estudos que traduzam a realidade é a missão da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esse trabalho oferece subsídios precisos para o diagnóstico do cenário estadual e a prospecção de tendências fundamentadas.

Em 2025, a SEI realizou um conjunto de atividades e iniciativas voltadas ao provimento e difusão de informações sobre a realidade física, ambiental, econômica e social da Bahia, atuando firmemente para o aprimoramento das políticas públicas e a disseminação de informações para a sociedade.

Um dos destaques foi a celebração dos 70 anos do Planejamento na Bahia, marco iniciado em maio de 1955 com a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE). Sob a liderança pioneira do economista Rômulo Almeida, a CPE consolidou-se como a primeira experiência institucional de planejamento no Brasil, tornando-se o centro de estudos e projetos fundamentais para o desenvolvimento do estado.

Simultaneamente, 2025 marcou os 30 anos da SEI. Criada em janeiro de 1995, a instituição nasceu da fusão entre a Fundação Centro de Projetos e Estudos (CPE) e o Centro de Estatísticas e Informações (CEI), consolidando a Inteligência de Dados e o Planejamento Estadual em um único órgão.

Para marcar essas comemorações, a Seplan e a SEI lançaram o livro "Planejamento e Desenvolvimento: tempos, escalas e perspectivas para a Bahia", obra que marca os 70 anos da CPE e os 30 anos da SEI, homenageando as figuras de Rômulo Almeida e Celso Furtado.

A realização do seminário "**SEI 30 Anos: História, Inovação e Futuro do Planejamento**" assinalou as três décadas de trajetória da SEI









Evento comemorativo 30 anos da SEI - Hotel Fiesta - Salvador

Ressaltar o papel das instituições públicas de pesquisa para o planejamento governamental, a formulação de políticas públicas e as estratégias de desenvolvimento foram os objetivos do encontro comemorativo dos 30 anos da SEI.

O encontro reuniu secretários de Estado, gestores públicos, pesquisadores e representantes de instituições parceiras, destacando a trajetória da autarquia vinculada à Seplan. Foram debatidos temas e apresentação de painéis sobre as inovações e o desenvolvimento sustentável, além de perspectivas para o futuro da Bahia com apresentações sobre inovação e desenvolvimento sustentável, disponíveis no canal SEI Bahia no YouTube.

Estudos, Pesquisas e Indicadores

São estratégicos para a SEI os processos relativos à Gestão de Informações Estatísticas, que objetivam subsidiar políticas públicas, avaliar tendências, medir desempenhos e compreender fenômenos sociais, econômicos e demográficos.

Nesse aspecto, a produção de indicadores, com base em dados oficiais de pesquisas e registros administrativos, envolve uma série de entregas disponíveis no site da SEI. Entre elas, são destaques:

- Cálculo de impactos de eventos na atividade econômica regional (Mucugê)
- Relatório Técnico: Catadores de Materiais Recicláveis na Bahia – Uma Análise a Partir de Registros Administrativos Oficiais
- Cálculo dos indicadores relacionados a mercado de trabalho, educação, rendimento, condição de moradia, segurança alimentar/fome, pobreza e demografia

No segmento da produção e disseminação de informações, indicadores, estudos e conhecimentos sobre a realidade socioeconômica da Bahia, a SEI é responsável pelo planejamento e editoria das revistas "Bahia Análise & Dados" e "Conjuntura & Planejamento".

Em 2025, foram publicadas:

Revista Bahia Análise & Dados v. 35 n. 1. Tema: Perspectivas para o desenvolvimento do Nordeste

Revista Conjuntura & Planejamento: Edição 208



Foi destaque o tema Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: do Pensamento à Ação, do Local ao Global – recortes sociais criança/ adolescente e juventudes – com a criação e divulgação do edital para a editoria cientifica da revista Bahia Análise & Dados em outubro de 2025 e lançamento previsto para julho de 2026.

A Plataforma InFovis – portal interativo de visualização de dados elaborados e produzidos pelo laboratório de dados da SEI (SEIDataLab) – foi atualizada e ampliada com a inclusão de novos temas e indicadores em seus mais diversos painéis.

Os infográficos têm como pretensão apresentar um panorama de fácil visualização, com as informações socioeconômicas mais atuais disponíveis sobre: Bahia, Nordeste, Feminicídios, Semiárido, Suicídios, Acidentes de trânsito, Câncer de mama, Câncer de próstata e o Perfil das mães na Bahia. Nos quadros a seguir estão relacionadas algumas produções da SEI.

Quadro 09: PESQUISAS REALIZADAS EM 2025	
Título	Descrição
Custo da Cesta Básica	Coleta de preços de itens da cesta básica em Salvador, por meio de cotações mensais em supermercados, açougues, padarias e feiras livres. A cesta básica leva em conta quantidades predefinidas de 25 produtos
Pesquisa de satisfação da rede Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC)	Pesquisa de satisfação sobre os serviços prestados nos postos fixos do SAC, realizada diariamente, em parceria com a Secretaria da Administração – Saeb
Pesquisa de Satisfação do Terminal Turístico Náutico da Bahia – TTNB	Pesquisa de satisfação sobre serviços prestados no TTNB na travessia para o Terminal Marítimo de Vera Cruz – TMVC

Fonte: SEI/Seplan (2025)



Quadro 10: BOLETINS, RELEASES E PUBLICAÇÕES LANÇADOS PELA SEI	
Título	Quantidade
Boletim/*Release* de Mercado de Trabalho	04
Boletim/*Release* do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)	13
Boletim/*Release* do Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB)	12
Release Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	01
Cartas de Conjuntura	04
Análise do Mercado de Trabalho no setor de Turismo	04
Dados/consulta sobre Mercado de Trabalho e ICEB para o Novo Boletim da Agricultura	01
Boletim/Release do Custo da Cesta Básica de Salvador	12
Boletim com resultados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)" realizado pelo IBGE e a Estimativa de Safra, realizada pela Conab	12
Boletim com resultados do Comércio Exterior, divulgado pelo Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do MDIC	12
Boletim com resultados da Pesquisa Mensal da Indústria divulgado pelo IBGE	12
Boletim com resultados da Pesquisa Mensal do Comércio divulgado pelo IBGE	12
Boletim com resultados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgado pelo IBGE	12
Boletim com Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec), resultados do Cálculo da Movimentação Econômica de Salvador realizado pela SEI	12

Quadro 10: BOLETINS, RELEASES E PUBLICAÇÕES LANÇADOS PELA SEI	
Título	Quantidade
Boletim que consolida os Principais Indicadores Econômicos da Bahia divulgados por diversos órgãos oficiais	12
Boletim de Conjuntura da Bahia: Estudo técnico sobre o Panorama da economia mundial, nacional e estadual	4
Boletim de Análise de Conjuntural do Turismo da Bahia: Estudo técnico sobre o Panorama do Turismo Mundial, Nacional e Estadual com ênfase no trimestre de referência	4
Boletim PIB Trimestral: resultados do Cálculo do PIB realizado pela SEI com ênfase para o estado da Bahia	4
Boletim PIB Trimestral do Agronegócio: resultados do Cálculo do PIB agronegócio realizado pela SEI, com ênfase para o estado da Bahia	4
Boletim PIB anual: resultados do Cálculo do PIB realizado pela SEI, com ênfase para o estado da Bahia;	1
Boletim PIB anual: resultados do Cálculo do PIB realizado pela SEI, com ênfase para os municípios da Bahia	1
Revista Bahia Análise & Dados com o tema "Segurança Pública Múltiplos Olhares"	1
Revista Bahia Análise & Dados com o tema "Perspectiva para o Desenvolvimento do Nordeste"	1
Série Estudos e Pesquisas temas: "Logística de Transportes como Fator de Desenvolvimento Regional"; "Economia de Baixo Carbono Aliada ao Enfrentamento da Pobreza na Bahia" e "Segurança Pública"	1
Série Estudos e Pesquisas tema "Potenciais da Economia do Mar"	1

Fonte: SEI/Seplan (2025)

Quadro 11: INFOGRÁFICOS LANÇADOS PELA SEI	
Título	Descrição
Info Bahia	Compêndio de dados socioeconômicos do estado, apresentando um panorama de fácil visualização com as informações mais atuais disponíveis nas dimensões: Demografia; Economia; Comércio Exterior, e Mercado de Trabalho.
Info Nordeste	Compêndio de indicadores demográficos, sociais e econômicos da região, apresentando um panorama de fácil visualização com uma visão geral do conjunto dos nove estados nordestinos.
Info Feminicídio na Bahia	Apresenta a caracterização e o perfil das vítimas de feminicídios no estado, a partir da sistematização de dados dos Boletins de Ocorrência (BO), registrados pela Polícia Civil (PC) entre os anos de 2017 e 2024.
Info Semiárido	Compêndio de indicadores demográficos, sociais e econômicos da região dos semiáridos brasileiro e baiano.
Info Suicídios na Bahia	Compêndio de indicadores sobre o perfil dos suicídios na Bahia
Info Acidentes de Trânsito na Bahia	Compêndio de indicadores sobre o perfil dos acidentes de trânsito na Bahia
Info Câncer de mama na Bahia	Compêndio de indicadores sobre o perfil do câncer de mama na Bahia
Info Câncer de próstata na Bahia	Compêndio de indicadores sobre o perfil do câncer de próstata na Bahia
Info Perfil das Mães na Bahia	Compêndio de indicadores sobre o perfil das mães na Bahia

Fonte: SEI/Seplan

Quadro 12: NOTAS TÉCNICAS, REPPA E PROJEÇÕES EMITIDAS PELA SEI
Descrição
Nota Técnica sobre impactos das medidas tarifárias do governo americano na economia baiana (divulgada por meio de entrevistas no BA TV, Podcast no G1, Jornal A TARDE, Jornal Correio, Rádio Sociedade)
Notas Técnicas Temáticas sobre Comércio exterior, Indústria, Comércio, Serviços e Agricultura (30)
Notas Técnicas Municipais (257)
Projeções do PIB da Bahia (2025-2028)
Notas Técnicas sobre os cenários econômicos para subsidiar a LDO e LOA (2)
Nota Técnica sobre a conjuntura econômica contemplando os cenários Internacional, Nacional e Baiana para compor Relatório de Execução do PPA 2024/2027 (REPPA)

Fonte: SEI/Seplan (2025)

Ainda com relação aos estudos e pesquisas realizados e promovidos pela SEI, nesse período foram produzidas Notas Técnicas relacionados, entre outros, a Panoramas da Geração de Empregos na Bahia 2023-2025 (Caged e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC); da Segurança alimentar; do Setor de Petróleo na Bahia; e das Indústrias Têxtil e de Confecções de Artigos de Vestuário da Bahia.

Além disso, a instituição concretizou um acordo de cooperação técnica com a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (Seagri), visando a produção do Boletim Trimestral da Agropecuária, com previsão de lançamento para o 1º trimestre de 2026.

A Plataforma SEI Municípios, lançada em 2025, substituiu o Info Municípios disponibilizando dados demográficos, sociais e econômicos dos 417 municípios. Essa mesma plataforma irá captar os dados por território de identidade, cujo lançamento está previsto para o 1º semestre de 2026.





O Anuário de Segurança Pública da Bahia, publicação conjunta com a Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP), resultado de uma parceria firmada em 2020, vem apresentando anualmente os resultados dos indicadores estratégicos de criminalidade, monitorados pela secretaria.

Na área de estudos, o Projeto “Pensar a Bahia” vem se consolidando na viabilização de diálogos e reflexões propositivas sobre temas estratégicos para o desenvolvimento da Bahia, focado na redução das desigualdades, enfrentamento da pobreza e fomento ao conhecimento econômico com preservação ambiental.


Evento Pensar a Bahia - Auditório do TJBA - Salvador

Realizou-se, em 27 de março de 2025, o evento “Pensar a Bahia”, que apresentou os resultados relacionadas aos temas Segurança Pública, Logística de Transportes como fator de Desenvolvimento Regional e Economia de Baixo Carbono e o enfrentamento da pobreza.

Após conclusão do estudo sobre Segurança Pública, foi necessário que o tema educação formal e informal convergisse com a tecnologia, informação e comunicação, resultando na estruturação de um novo estudo sobre o atual momento da educação: “Como educar na era digital?”

Nessa perspectiva, após articulação com diversas Secretarias de Estado, foram realizadas 10 rodadas de discussão com especialistas, inclusive no formato *on-line*, facilitando a participação de convidados externos. Houve, ainda, a editoração de vídeos das rodadas de discussão, a alimentação da Plataforma SEIColab e a elaboração de relatórios técnicos. Este tema continuará sendo explorado em 2026.

O Projeto Lentes Livres tem o objetivo de realizar concurso público para seleção e premiação de propostas de intervenção nas áreas de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.



Premiação do Lentes Livres - Casa Afrânio Peixoto/Lençóis

A iniciativa visou ao engajamento da sociedade nas práticas de turismo cultural e da natureza, focado no bem-estar da população local, inserida na região turística do Território da Chapada Diamantina. Com o público de maiores de 18 anos, residente em 45 municípios dessa região, o Lentes Livres 2025 teve 134 propostas inscritas, com 111 habilitadas e 10 premiadas, além do envolvimento de órgãos públicos e da comunidade local.

O Lentes Livres pretende formar um banco de ideias que apresentem soluções inovadoras para o desenvolvimento socioeconômico regional e sustentável, na região. As propostas poderão fundamentar a elaboração de projetos que contribuam para o desenvolvimento de um ambiente economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente saudável, considerando práticas de cultura e turismo sustentável.

Mais informações Lentes Livres em: https://lenteslivres.SEI.ba.gov.br/2025/index.php

Estudos sobre impactos econômicos regionais das ferrovias na Bahia e do Plano de Integração Logística no entorno da BTS, relevantes como fator de desenvolvimento regional, são destaques no período 2025.

A SEI elaborou estudos sobre a implantação das ferrovias previstas no Plano Estratégico Ferroviário (PEF), em um conjunto de municípios da Bahia que são direta e indiretamente influenciados pelos traçados ferroviários planejados e que possuem potencial para o desenvolvimento de aglomerados produtivos locais em atividades logísticas.

Além disso, está prevista a elaboração de um Plano de Integração Logística no entorno da Baía de Todos-os-Santos, com o objetivo de reduzir os gargalos logísticos dessa região, diminuir os custos de transporte de cargas e impulsionar o desenvolvimento regional.

A Fundação Dom Cabral, com vasta experiência nessa área, foi contratada para escutar e absorver as observações levantadas pela equipe técnica da SEI. O trabalho vem sendo realizado, com um acompanhamento, em tempo real, dos relatórios produzidos, identificando com rapidez suas possíveis falhas e necessidades de ajustes.



Relatório do Plano de Integração Logística BTS

Foram entregues oito relatórios relacionados a esses estudos (40% do inicialmente previsto).

Quanto à temática da transição para economia de baixo carbono, aliada ao enfrentamento da pobreza, está prevista a elaboração de um plano regional de transição que abranja 20 municípios da Chapada Diamantina, inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, a exemplo de Andaraí, Ibicoara, Itaberaba, Lençóis, Seabra, Mucugê, dentre outros.

Pretende-se a contratação de empresa ou consórcio de empresas especializada em Consultoria Ambiental, com comprovada qualificação técnica, visando à proposição de um Programa Regional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), na Chapada Diamantina, que deve considerar as modalidades de serviços ecossistêmicos e serviços ambientais presentes na política e no programa estadual de pagamento por serviços ambientais, com especial atenção quando envolve povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

O Plano de Transição para Economia de Baixo Carbono, aliado ao enfrentamento da pobreza, deverá contemplar a valorização e remuneração dos serviços ambientais, mediante a implementação de instrumentos de PSA. Seus objetivos são: o estímulo à conservação dos ecossistemas, a restauração de áreas degradadas, a segurança hídrica e a mitigação das mu-

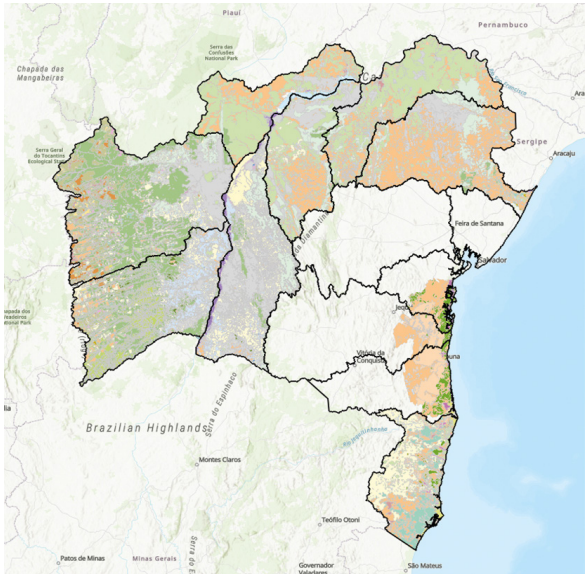
danças climáticas, contribuindo para a inclusão socioprodutiva, redução das desigualdades sociais e o fortalecimento da justiça climática.

Para tanto, foram elaborados os Termos de Referência (TR) para a contratação de consultoria ambiental por meio de processo licitatório, destinada à construção do Plano regional de transição para economia de baixo carbono, aliada ao enfrentamento da pobreza.

A proposta deverá incorporar práticas sustentáveis e de uso racional dos recursos naturais, reconhecendo o papel estratégico das comunidades locais na provisão de serviços ecossistêmicos essenciais.

Informações Geoespaciais

Figura 12: Mapa digital da Bahia



Fonte: SEI/Seplan (2025)

A produção de geoinformação temática do uso e cobertura das terras em todo o território estadual é uma iniciativa relevante, que objetiva reconhecer as formas de ocupação e uso do território baiano, seja por aspectos naturais, seja por atividades antrópicas, de modo a fornecer um retrato do espaço territorial, com base nas dinâmicas atuais.

Em 2025, essas ações estavam voltadas para o mapeamento da área da Bacia Hidrográfica dos Rios Paramirim e Santo Onofre, com 52.769,71 km². A base de dados geoespaciais foi concluída, representando mais 9,34% de cobertura do território estadual. A publicação das análises e dos mapas está prevista para o primeiro semestre de 2026.



Considerando que o tempo previsto para realizar esse mapeamento pela equipe técnica da SEI é de três anos para cada uma das 12 áreas de uso do Estado. Diante disso, está sendo proposta a contratação de empresa especializada para realizar o mapeamento de todas as áreas, num ciclo de quatro anos, viabilizando o alcance de todo o território.

O Plano Cartográfico do Estado da Bahia é um conjunto de ações e propostas para instrumentalização das políticas territoriais, que foi elaborado em consonância com as diretrizes técnicas e organizacionais delineadas pela Comissão Nacional de Cartografia (Concar) e pela Diretoria do Serviço Geográfico (DSG), do Exército Brasileiro, no que diz respeito às normas e especificações técnicas.

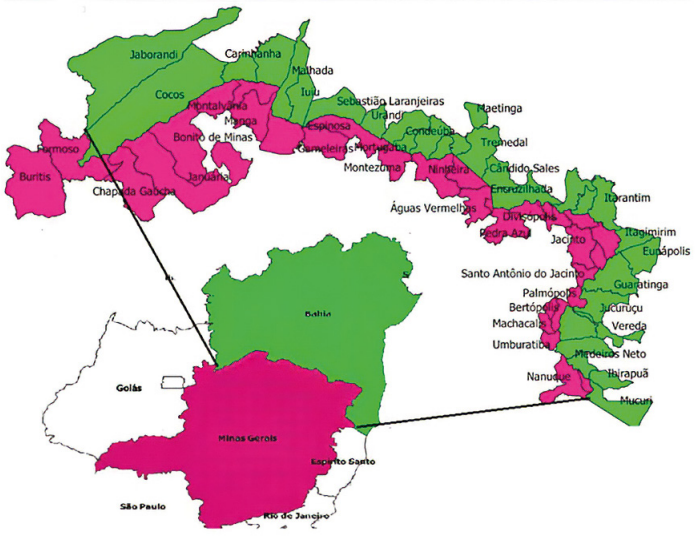
Em 12 de dezembro de 2025, o documento foi aprovado pela Comissão Estadual de Cartografia e Geoinformação (Cecar) e homologado, por meio da Portaria Seplan nº 43, de 23 de dezembro de 2025.

O Plano Cartográfico se constitui um instrumento estratégico de ordenamento, planejamento, gestão do conhecimento e gestão territorial e ambiental, que auxilia nas decisões relativas às políticas públicas. A implementação de suas ações visa à obtenção de produtos cartográficos precisos e atualizados, que permitem o aprimoramento da representação do território baiano.

A atualização de limites territoriais interestaduais, intermunicipais e interdistritais, compromisso do Programa Planeja Bahia (PPA 2024-2027), deve preceder da elaboração de estudos técnicos, que são realizados de forma conjunta pela SEI, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dos respectivos entes estaduais e municipais.

No caso de limites interestaduais, o Estado da Bahia ajuizou contra o estado de Minas Gerais, a União e o IBGE a Ação Cível Originária (ACO) 3609, no intuito de dirimir controvérsias acerca dos limites territoriais entre os dois estados. Elaborou-se um relatório conjunto, realizado pelas equipes da SEI, Fundação João Pinheiro (FJP/MG) e IBGE, que será apresentado ao STF, seguindo um cronograma já definido. Nesse processo, ao longo de 2025, foram realizadas quatro campanhas de campo conjuntas e duas reuniões presenciais em Salvador e Belo Horizonte.

Figura 13: Mapa da Bahia/Minas Gerais - Limites objeto de estudos



Fonte: SEI/Seplan (2025)

A figura ao lado apresenta a área de trabalho da divisa BA/MG, cujas negociações foram retomadas, após paralisação desde o ano de 2017.

No caso de limites intermunicipais, em 2025 foram realizadas três campanhas de campo envolvendo inspeções técnicas para identificar os acidentes geográficos, como cursos de rios e divisores de água de bacias hidrográficas, visando à compatibilização do traçado das divisas municipais com insumos mais precisos e atuais.

No caso de limites interdistritais, ainda não foram realizadas ações de assistência técnica relacionadas às divisas distritais dos municípios.

Após estudos técnicos relativos à atualização de limites, eles são encaminhados para as respectivas instâncias: limites municipais seguem para a Assembleia Legislativa (Alba), que subsidiarão os projetos de lei de atualização dos limites municipais; e limites estaduais, o encaminhamento inicial para a emissão de parecer jurídico da Procuradoria Geral do

Estado (PGE), antes de seguir para a Governadoria, visando à celebração de acordos com os estados vizinhos.

Nesse contexto, vale ressaltar que a Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipações da Alba não foi recriada desde 2023, impactando na realização dos estudos e na tramitação dos processos a eles relacionados.

Com relação ao Projeto de Atualização Cartográfica do Estado da Bahia, o objetivo é produzir cartografia de referência, em escala 1:25.000, para eliminação do vazio cartográfico, em escalas maiores que 1:100.000, existente no Estado, totalizando uma área aproximada de 230.000 km^2. Esse projeto prevê a contratação de sete lotes de aproximadamente 32.000 km^2 cada para a produção de ortofotos digitais, modelos digitais de elevação de superfície (MDS) e de terreno (MDT), além do banco de dados com o conjunto de dados geoespaciais vetoriais (CDGV), a partir de cobertura aerofotogramétrica e perfilamento a laser.

Atualmente estão em curso dois contratos para produção de cartografia de referência em escala 1:25.000, um para o lote denominado Chapada Diamantina para a cobertura de 32.640 km^2 e o segundo, para o Lote denominado Feira de Santana, para a cobertura de 31.280 km^2.

Para os próximos três anos, está garantida a contratação de mais três áreas, no âmbito do Programa "Bahia Mais Digital", o que permitirá concluir cinco dos sete lotes identificados.

A 14ª edição do Geopública, realizada entre os dias 16 e 19 de setembro de 2025, no auditório do Tribunal de Justiça da Bahia, consolida-se como um dos maiores eventos no setor de geoinformação e geotecnologias do país.

Trata-se de um evento que atua como um hub de disseminação de geotecnologias aplicadas ao setor público, reunindo especialistas para discutir o papel da geoinformação em todos os aspectos da gestão pública.

Com o tema "Dados Públicos, Decisões Inteligentes: O Papel da Geo IA na Governança Pública", o Geopública 2025 teve participação de mais de 300 pessoas, diariamente e de forma presencial, e uma média diária de 200 pessoas *on-line* via transmissão pelo Canal da SEI no YouTube.



14ª Geopública - Auditório do Tribunal de Justição do Estado da Bahia - Salvador

Produção Editorial

A produção editorial da SEI é um campo extremamente ativo e atuante na sua função de disseminar informações, indicadores, estudos e conhecimentos sobre a realidade socioeconômica e geoambiental.

As informações e conhecimentos produzidos pela SEI são publicados e divulgados em meios e formas orientados por recursos e tecnologias atuais, agregando os mais diferentes campos do conhecimento e de interesses econômico, social e do planejamento.

A exposição comemorativa pelos 30 anos da SEI ganhou destaque, pois celebrou uma trajetória marcada pela produção de conhecimentos técnico e científico voltados ao desenvolvimento do estado.

Em 2025 foram produzidas **144 publicações** entre boletins, revistas periódicas e livros

A exposição esteve disponível para visitação na antecâmara do auditório do Hotel Fiesta, durante todo o evento, conduzindo o público a uma imersão na história da instituição e na evolução do planejamento público na Bahia ao longo de 70 anos.

Ao reunir publicações, estudos e produções cartográficas, a mostra ilustrou a transformação do pensamento sobre planejamento e gestão pública no estado, destacando as contribuições da SEI nesse processo. Mais do que uma retrospectiva, a exposição foi um convite para uma análise sobre o passado e a compreensão do presente, bem como para uma reflexão sobre o futuro do planejamento e da pesquisa aplicada à construção de políticas públicas eficazes e inclusivas.

A Biblioteca Rômulo Almeida (BRA) é um equipamento que reúne um acervo de grande valor histórico e qualificado.

Objetivando garantir a continuidade do processo de preservação do acervo físico da biblioteca, está em execução um Termo de Cooperação firmado entre a SEI e a Fundação Pedro Calmon (FPC)/ Centro de Memória da Bahia (CMB), com a finalidade de promover a digitalização de todo o seu acervo. Com vigência até 2026 e, visando assegurar a continuidade do processo de digitalização do acervo, foi implantado um laboratório próprio, com a aquisição de equipamentos e a realização de oficina de capacitação ministrada pelo FPC/CMP, possibilitando que o trabalho seja conduzido pela própria equipe da BRA.

Em 2025, foram **digitalizados 196 itens**, entre livros e periódicos, 150 pelo CMB e 46 pela própria BRA, reforçando o avanço do projeto e a preservação do acervo histórico da instituição

Em 2025, foram programados e realizados eventos com o objetivo de apresen-

tar e discutir estudos, pesquisas e debater assuntos econômicos e sociais de relevância para o Estado da Bahia.

Esses eventos têm como pretensão reunir a sociedade civil em geral para apresentar os resultados dos estudos realizados pela equipe técnica da SEI e/ou Comunidade Acadêmica conforme indicado no quadro 13.

Quadro 13: EVENTOS PROMOVIDOS/REALIZADOS PELA SEI EM 2025
Evento
Pensar a Bahia
Lançamento do Livro Economia do Mar
Finanças Públicas
Seminário SEI 30 anos
GeoPública
XX Encontro de Economia
Lentes Livres
Apresentação de Estudo de Mucugê
III Fórum Bahia-China
Lançamento do Livro celebrando 30 anos da SEI e 70 de Planejamento do Estado da Bahia
Palestra sobre Conjuntura Econômica (2 eventos) – apresentando uma análise detalhada do desempenho econômico mundial, nacional e baiano, bem como mostrar as suas perspectivas para o ano.
1 º Seminário Baiano sobre Finanças Públicas – contribuir com os municípios baianos para o melhor entendimento de temas como Reforma Tributária, Federalismo Fiscal, Transferências aos Municípios, Endividamento Municipal, Gestão Pública Municipal e Regimes Próprios de Previdência Municipal.
Lançamento da Revista Perfil Financeiro dos Municípios Baianos
XX Encontro de Economia Baiana realizado, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFBA) e o Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA), com o objetivo de fomentar um diálogo qualificado entre academia, setor público e sociedade, capaz de apontar alternativas inovadoras e sustentáveis para o futuro da Bahia. Assim, o encontro reafirma sua relevância como ambiente de troca de ideias e construção coletiva de caminhos para o desenvolvimento econômico da Bahia.

Fonte: SEI/Seplan (2025)



4 APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

4. APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

O ano de 2025 foi assinalado pelo aprimoramento institucional da formação continuada e do desenvolvimento de competências, no âmbito do planejamento e gestão estratégica do Estado.

A unidade de Educação Corporativa da secretaria, agora vinculada diretamente ao Secretário como Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS SEPLAN), assumiu papel relevante na função sistêmica do planejamento governamental no Estado.

Celebrando 14 anos de atuação dedicada à qualificação do planejamento, a UCS Seplan reafirmou sua trajetória na formação de capacidades e habilidades para a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. O marco foi celebrado em novembro de 2025, em um evento festivo que reuniu o corpo técnico, instrutores e gestores.

A Universidade Corporativa, na perspectiva de instituir-se como um centro de formação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica – Sepege, iniciou a elaboração de uma Agenda Estratégica. Trata-se de um documento que estabelece ações, pautas e entregas que consolidam sua missão e compromisso estratégico.

















Celebração dos 14 anos da UCS Seplan - Salvador

Educação Corporativa

No âmbito das estratégias, práticas e programas de aprendizagem visando ao desenvolvimento contínuo de competências em planejamento e gestão estratégica, o Plano Mestre de Capacitação (PMC) é destaque com a realização de 41 turmas com 557 concluintes.

Além dos cursos Introdutório, Básicos e de Processos e Sistemas, foram incorporados cursos relativos às Emendas Parlamentares Impositivas (EPI), apresentando um alcance muito positivo, junto aos gabinetes parlamentares. Ressalta-se, ainda, a retomada do curso B3 – Básico AMA – Monitoramento e Avaliação de Programas, que voltou a ser oferecido, dessa vez, de forma mais dinâmica, alinhando teoria à prática e com a introdução de outras atividades.

Quadro 14: TURMAS E CONCLUINTES DO PLANO MESTRE DE CAPACITAÇÃO (PMC) EM 2025

Cursos	Quantidade de Turmas	Quantidade de Concluintes
1 – Introdução ao Planejamento Governamental	4	70
B1.5 – Básico Planejamento – Indicadores	3	39
B2.1 – Básico Orçamento – Receita Orçamentária	3	36
2 – Turmas do curso B2.2 Básico Orçamento – Programação Orçamentária	2	44
B2.3 Básico Orçamento – Gestão da Dinâmica Orçamentária	1	28
B3 – Básico AMA - Monitoramento e Avaliação	1	14
B4.1 – Básico Política Territorial – Princípios e Fundamentos	2	26
P3 – Processo e Sistema – Elaboração do Orçamento	1	16
P10 – Transferegov – Proposição, Execução e Prestação de Contas	2	36
P11 – Módulo de Gestão de Recursos Captados (MGRC)	1	14
Emendas Parlamentares Individuais de Natureza Impositiva (EPI) - Inclusão, Alteração e Peticionamento Eletrônico	21	231

Fonte: UCS/Seplan (2025)





Cursos do Plano Mestre de Capacitação

Um Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria do Planejamento (Seplan) e a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) formalizou a parceria entre a UCS Seplan e a Escola do Legislativo com ações de capacitação conjuntamente desenvolvidas relativas à implementação e modificação das propostas de EPI.

Vale ressaltar que as turmas oferecidas aos assessores parlamentares para os cursos de EPI representaram um ganho qualitativo na implementação e modificação das propostas de emendas, projetando uma gradual mudança de cultura na operacionalização e gestão das emendas parlamentares incorporadas no Orçamento anual.

Apesar de ter havido uma redução nos percentuais de evasão dos cursos do Plano Mestre com 92% de concluintes, foi verificado um aumento do número de ausências, em comparação ao ano passado. Muitos inscritos não compareceram às aulas, o que motivou a realização de uma pesquisa para entender as causas ou razões dessa situação e definir medidas para solucioná-las ou atenuá-las.

Em continuidade à realização do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP), parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) – Turma Especial Bahia, por meio de convênio de cooperação técnica entre a Secretaria do Planejamento (Seplan) e a Escola de Contas Conselheiro Pedreira Lapa (TCE-BA), foram realizadas 10 disciplinas, contabilizando 300 horas/aula em 2025, conforme quadro a seguir.

Quadro 15: DISCIPLINAS OFERECIDAS NO MESTRADO MPGPP-FGV

Disciplina	Docente
Avaliação e Análise de Dados	Gustavo Fernandes
Análise de Políticas Sociais	Fernando Burgos
Teoria Política, Estado e Sociedade	Cláudio Couto
Orçamento e Finanças Públicas	Elida Graziani
Avaliação de Políticas e Programas Públicos	Fernando Abrucio
Espaços e Territórios Inteligentes e Inclusão Digital	Maria Alexandra Cunha
Burocracia Política e Políticas Públicas	Gabriela Lotta
A Política das Políticas Públicas	Cláudio Couto
Planejamento Estratégico para Organizações e Órgãos Públicos	Lara Simielli
Controle Social	Marco Teixeira

Fonte: UCS/Seplan (2025)

Considerado caso de sucesso e de *benchmark*, o Mestrado Profissional da FGV tem a característica de mesclar participantes de organizações diversificadas e distintas, conforme descrito no Quadro 16.

Quadro 16: ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES MESTRADO PROFISSIONAL DA FGV
Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA)
Tribunal de Contas dos Municípios (TCM/BA)
Tribunal de Justiça (TJ/BA)
Ministério Público (MP/BA)
Procuradoria Geral do Estado (PGE/BA)
Secretaria do Planejamento (Seplan)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/Seplan)
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap)
Secretaria da Administração (Saeb)
Secretaria de Relações Institucionais (Serin)
Secretaria de Comunicação Social (Secom)
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre)
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades)
Prefeitura do Salvador

Fonte: UCS/Seplan (2025)

No papel de coordenação, a UCS/Seplan acompanhou, durante todo o exercício de 2025, a realização das disciplinas, prestando o suporte necessário aos participantes, em especial os 15 servidores do Poder Executivo (seis Secretarias de Estado e a PGE, além da Seplan, com 7 servidores).



Participantes do Mestrado Profissional da FGV

Com o objetivo de criar um ambiente propício ao diálogo e à cooperação mútua no âmbito da gestão e políticas públicas, baseada em processos de gestão e comunicação estruturados e compartilhados, o Mestrado Profissional concluiu a realização das disciplinas previstas, avançando, em 2026, para as etapas de imersão, seminários, inclusive com um *workshop* em São Paulo, e a elaboração de suas dissertações.

Qualificação e Capacitação

Com relação à qualificação e capacitação, destacam-se as seguintes realizações em 2025:

- **Oficinas de Planejamento Governamental – 4ª Edição**: em continuidade à parceria entre UCS e a Academia da Polícia Militar da Bahia (APM/BA), foram realizadas ações de capacitação, visando ao fortalecimento da capacidade de gestão estratégica e da compreensão das dinâmicas socioeconômicas relacionadas à segurança pública. As oficinas integram a disciplina Planejamento Estratégico e Gestão, oportunizando a aquisição de conhecimentos referentes à visão sistêmica do Planejamento Governamental.

  Essa capacitação reuniu 37 oficiais da Polícia Militar da Bahia (PMBA) e Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMB) e oito instrutores da UCS Seplan e cujo programa contemplou temas como Planejamento Governamental, Metodologia do PPA, Indicadores Sociais, Qualidade do Gasto Público e o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI).

  Essa formação reforça o compromisso da UCS Seplan com a qualificação dos quadros estratégicos do Estado.

- **Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos**: realizadas duas turmas para 53 servidores da Seplan, em atendimento à demanda da Diretoria Geral (DG/Seplan), com o objetivo de promover uma melhor compreensão da temática e conscientizar sobre a importância e a responsabilidade do papel do gestor e do fiscal de contratos, promovendo maior segurança, eficiência administrativa e qualidade na execução dos contratos públicos, no âmbito da Secretaria.

- **Curso de Fiscalização de Contratos Administrativos**, ministrado pelo auditor do TCE/BA e capacitação/orientação prática da Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Estadual nº 14.634/2023, abrangendo suas respectivas fases: planejamento, seleção do fornecedor e contratual para todas as áreas que trabalham diretamente com o normativo.

  Em atendimento à Coordenação Executiva de Planejamento Territorial e Articulação para Consórcios Públicos (CEPT/Seplan), foi organizada pela UCS Seplan uma turma para 21 representantes de mais de dez consórcios multifinalitários e da Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FecBahia), visando contribuir para o aprimoramento e fortalecimento da atuação dos consórcios públicos.



- **Plano de Formação Interna da Seplan**: atendendo uma solicitação do Gabinete do Secretário (Gasec), foi organizado o Plano de Formação

Interna da Seplan, com o objetivo de nivelar o conhecimento básico das equipes da Secretaria sobre os processos das suas respectivas áreas. A UCS Seplan elaborou uma agenda de reuniões, com o propósito de mapear as competências técnicas necessárias para cada equipe ou unidade, visando à criação de um plano de formação que promova a melhoria contínua dos processos e o alinhamento com as áreas parceiras.



Os primeiros encontros foram realizados com o propósito de identificar as competências técnicas indispensáveis para a execução eficiente das atividades de cada unidade e levantar lacunas de conhecimento ou habilidades das equipes. Em seguida, foi realizado o mapeamento das competências necessárias para a interação entre as áreas, as análises dos processos interdepartamentais e dos conhecimentos que as equipes precisam dominar para garantir fluidez e eficiência nessas interações. O plano de formação foi construído e sua conclusão está condicionada ao alinhamento de pontos e lacunas identificadas. No entanto, é positivo o reconhecimento da alta direção sobre as necessidades de capacitação do quadro, com formações que favoreçam a interação, possibilitando o aprendizado e reforçando a interdependência entre os processos.

- **Oficina para a Construção do Plano de Formação do Cedeter**: numa ação planejada entre UCS Seplan e CEPT, foi realizada uma oficina para a construção do Plano de formação para conselheiros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter). A atividade reuniu 15 representantes da sociedade civil organizada, com o objetivo de elaborar, de forma participativa, um plano formativo contínuo voltado à qualificação desses conselheiros.

  Por meio de dinâmicas participativas, como painéis temáticos e rodas de conversa, o grupo identificou o que já domina, o que ainda precisa desenvolver e quais temas considera prioritários para sua atuação nos territórios. As contribuições serviram de base para a elaboração do plano de formação, considerando os diferentes perfis e contextos dos conselheiros.

  A oficina contribuiu para ampliar o repertório dos conselheiros e fortalecer sua atuação, junto aos territórios, promovendo uma escuta mais ativa e um posicionamento mais qualificado nos processos de decisão.

- **Formações em Ferramentas de Informática e Tecnologia**: antenada com as temáticas emergentes da sociedade e com a busca pelo aprimoramento dos servidores, foram promovidas uma roda de conversa sobre Inteligência Artificial, duas turmas de introdução ao *Power BI* e uma turma de Excel Básico e Intermediário.
  O encontro dedicado ao debate sobre a Inteligência Artificial e seus possíveis usos no ambiente de trabalho contou com a participação de servidores de diferentes áreas da secretaria interessados em compreender melhor as transformações e oportunidades trazidas pela tecnologia de IA. A metodologia de roda de conversa promoveu um espaço no qual os participantes puderam trocar experiências, compartilhar dúvidas e refletir como a Inteligência Artificial pode ser incorporada, de maneira estratégica, ao serviço público.

  O curso de Introdução ao *Power BI* teve como objetivo apresentar conceitos básicos de *Business Intelligence* (BI), noções sobre suas funcionalidades e características de modo que os participantes sejam capazes de criar seus próprios painéis e utilizá-los no dia a dia de trabalho. As aulas foram direcionadas aos servidores da Seplan e da Assembleia Legislativa. Foram as primeiras turmas da ferramenta oferecidas pela UCS. Teve como resultado esperado que os participantes fossem capazes de criar seus próprios painéis e utilizá-los no dia a dia de trabalho.

  A turma de Excel Básico e Intermediário capacitou para a operacionalização de uma ferramenta amplamente utilizada no apoio às rotinas administrativas, no tratamento de informações e na elaboração de relatórios, contribuindo para maior eficiência e qualidade na execução das atividades institucionais.

5 GESTÃO DA SEPLAN

5. GESTÃO DA SEPLAN

A Secretaria do Planejamento (Seplan) foi criada pela Lei nº 2.925, de 03 de maio de 1971 e, após várias reformulações havidas, sua configuração sistêmica mantém-se com relação à elaboração, promoção e coordenação do planejamento e da gestão estratégica de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Estadual, captação de recursos, política territorial e provimento de estudos e informações estatísticas, geográficas, cartográficas, demográficas e gerenciais do estado.

Planejamento Setorial da Secretaria

No âmbito da execução do planejamento setorial, no ano II do PPA 2024-2027, o acompanhamento da execução física das Ações Orçamentárias e da execução dos componentes do PPA, em especial do Programa Planeja Bahia, consolidando as informações necessárias ao monitoramento e avaliação dos resultados, bem como a prestação de contas anual da secretaria são os principais aspectos a serem abordados e destacados.

No aspecto da execução orçamentária e financeira, o orçamento inicial da Seplan para atender às despesas de atividades de custeio e projetos foi de pouco mais de R$ 278 milhões, valores atualizados para R$ 263,6 milhões.

Quanto à gestão orçamentária da Secretaria, em 2025, foram registradas 76 Propostas de Modificação Orçamentária (PMO), totalizando quase R$ 22,8 milhões.

A execução orçamentária da despesa em relação ao Orçamento atual atingiu:

- 97,06% (R$69.529.722) do Valor Empenhado;
- 95,24% (R$68.223.599) do Valor Liquidado;
- 91,80% (R$62.363.246) do Total Pago.

O quadro 17 apresenta os componentes e respectivos Programas do PPA 2024-2027, cujas execuções são de responsabilidade da Seplan e sua entidade vinculada (SEI).

Vale destacar que o desempenho dos Programas do PPA 2024-2027 está apresentado no Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo/ PPA 2024-2027 / Ano II – 2025 – Volumes I e II, nos quais estão detalhados os desempenhos de cada Programa do PPA e de cada Secretaria/Órgão na execução desses programas.

Quadro 17: PROGRAMAS E COMPONENTES SOB RESPONSABILIDADE DA SEPLAN/SEI EM 2025					
Programa	Quantitativo				
	Indicador de Programa	Compromisso	Indicador de Compromisso	Iniciativa	Ação Orcamentária (LOA 2025)
412 – Trabalho Decente	-	-	-	-	2
425 – Escola Democrática: Participação Social e Qualidade	-	-	-	1	-
436 – SUS Mais Forte	2	-	-	-	-
437 – Bahia Mais Segura	1	-	-	-	-
440 – Planeja Bahia	3	11	15	46	33
442 – Gestão de Serviços Públicos	-	-	-	2	-
445 – Gestão de Pessoas	-	-	-	-	1
446 – Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	-	-	-	-	3

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA 2024-2027 / Ano II – 2025 – Volume II - Desempenho por Programas e Órgãos (Anexo III - Relatório de Avaliação de Desempenho por Órgão)

Quanto ao desempenho do Programa 440 – Planeja Bahia — que concentra o maior número de componentes sob responsabilidade da Seplan e SEI, seus principais destaques estão descritos a seguir:

A - Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (SEPEGE)

O governo estadual promoveu avanços significativos no aprimoramento do Sepege, especificamente no Sistema Fiplan através de melhorias e adaptações evolutivas. Entre as principais atualizações, destacam-se os módulos de Monitoramento e Avaliação, que foram ajustados para garantir maior aderência aos processos do Plano Plurianual (PPA), além de otimizações na contratação do serviço Prodeb para apoiar a elaboração do relatório de desempenho dos programas do ano.

Os aprimoramentos nos painéis eletrônicos de Business Intelligence (BI) incluíram a padronização, atualização e ampliação das bases de dados, promovendo uma integração mais eficiente das informações e aumentando a transparência no acompanhamento das iniciativas do PPA.

Estes painéis agora operam em um regime de melhoria contínua, com ajustes periódicos conforme as necessidades da gestão e da Rede Sepege. Um novo painel de Mapeamento da Transversalidade foi desenvolvido e está em fase de homologação e ajustes antes da disponibilização para a rede de gestores.

Além disso, a base de dados corporativa da Seplan foi atualizada e ampliada, incorporando novos conjuntos de dados relacionados aos processos internos, fortalecendo a governança da informação, a gestão estratégica e o monitoramento dos resultados

institucionais. Tais ações reforçam o caráter estruturante e permanente da iniciativa, assegurando a evolução contínua das ferramentas tecnológicas de planejamento, monitoramento e avaliação no âmbito da Seplan e da Rede Sepege.

No contexto da Ação Orçamentária intitulada Aperfeiçoamento do Sistema Informatizado de Planejamento e Gestão Estratégica, foram liquidados valores da ordem de R$ 4.157.769, resultando em uma unidade do sistema informatizado de planejamento aperfeiçoado.

Estas melhorias refletem o compromisso do governo em garantir transparência, eficiência e integração na gestão pública, consolidando uma abordagem estratégica robusta para o planejamento e avaliação de políticas públicas.

B - Estudo de Tema Estratégico de Desenvolvimento do Estado

Em 2025, o governo realizou um investimento significativo na ação orçamentária intitulada "Elaboração de Estudo de Tema Estratégico de Desenvolvimento do Estado", resultando na liquidação de valores que totalizaram R$ 4.104.218. Este investimento foi destinado à produção de 144 publicações, que incluíram boletins, revistas periódicas e livros. Além disso, o montante desembolsado possibilitou a elaboração de quatro unidades de estudo de temas estratégicos, que visam impulsionar o desenvolvimento do estado. A ação demonstra um compromisso substancial com a produção de conhecimento e a disseminação de informações relevantes para o desenvolvimento estratégico.

O impacto desta iniciativa pode ser medido pela quantidade e diversidade das publicações produzidas, que são fundamentais para informar políticas públicas e promover um entendimento mais profundo dos desafios e oportunidades enfrentados pelo estado.

O considerável investimento financeiro também sublinha o reconhecimento, por parte do governo, da importância de estudos aprofundados como ferramentas essenciais para o planejamento e execução de estratégias de desenvolvimento a longo prazo.

Essa abordagem proativa pode servir como base para decisões políticas mais bem informadas e eficazes, contribuindo para um ambiente econômico e social mais robusto e sustentável.

Assim, a ação não apenas reforça a capacidade do estado de conduzir pesquisas de qualidade, mas também evidencia um compromisso contínuo em garantir que os temas estratégicos sejam explorados a fundo, permitindo a formulação de políticas que sejam tanto inovadoras quanto baseadas em evidências sólidas.

Fonte: Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA 2024-2027/Ano II – 2025 – Volume II - Desempenho por Programas e Órgãos (Anexo III - Relatório de Avaliação de Desempenho por Órgão)

Gestão Organizacional

A gestão organizacional na Seplan envolveu a realização de iniciativas focadas, principalmente, em processos e práticas voltadas para otimização de recursos, agilidade operacional e a sinergia necessária entre a estrutura da gestão, a inovação que desafia essa estrutura e o conhecimento, que garante que os aprendizados da inovação sejam retidos e utilizados pela gestão. Nesse sentido, foram destaques em 2025:

Suporte às Emendas Parlamentares Impositivas – EPI

Trata-se de um projeto que visa estruturar meios de suporte à elaboração, análise técnica, incorporação e gestão de EPI ao Orçamento estadual.

Nesse período, houve a otimização e informatização dos procedimentos relacionados às atividades de suporte, assim como a capacitação de assessores parlamentares e servidores do Poder executivo, além da disponibilização de painéis eletrônicos de Business Intelligence (BI) com dados e informações relacionados ao tema.

Esse projeto trouxe grandes avanços, seja de âmbito institucional, com o fortalecimento das parcerias entre Seplan, Assembleia Legislativa da Bahia, Secretaria da Fazenda (Sefaz), Secretaria de Relações Institucionais (Serin) e Casa Civil, seja procedimental, com a viabilização e implementação de soluções operacionais e tecnológicas.

Plano de tratamento de Riscos em Contratações Públicas – PTR Contratações

A partir de setembro de 2025, foi estruturado um projeto voltado à implementação das medidas associadas ao Plano de Tratamento de Risco 2024, em contratações públicas realizadas pela Secretaria do Planejamento (Seplan), atendendo as exigências da legislação aplicável.

Esta iniciativa justifica-se em razão das orientações técnicas da Auditoria Geral do Estado (AGE) para dar cumprimento à obrigatoriedade da realização de análise de risco nos processos de contratações públicas, as quais deverão submeter-se às práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controles preventivos, conforme determinação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

Por meio de reuniões sistemáticas entre Gabinete do Secretário, APG, DG (Licitações, Contratos), UCS Seplan, Comissão de Integridade Pública Seplan e CCI foram trabalhados aspectos importantes, tais como, alinhamento conceitual, compartilhamento de informações, acompanhamento sistemático e mapeamento e avaliação dos processos licitatórios e respectivos contratos.

Esse projeto pretende, para além do cumprimento da imposição legal, a melhoria e aperfeiçoamento do processo de contratações, no âmbito da secretaria, propiciando melhor fluidez e agilidade nas atividades que dependem das suas unidades internas.

Programa de Desenvolvimento Organizacional (SOU SEPEGE)

Fortalecer e aprimorar as habilidades requeridas para o exercício da liderança e relações interpessoais em um ambiente de trabalho mais eficiente, integrado, inovador e orientado para resultados.

Por meio de uma consultoria contratada, o programa teve sua primeira etapa encerrada em 2025.

Foram realizadas visitas a todas as áreas da Seplan, com dinâmicas e conversas com cada gestor, individualmente e, em conjunto com suas respectivas equipes, objetivando obter um diagnóstico sobre as relações interpessoal, intragrupal e intergrupal, despertando os servidores para a tarefa da análise, reflexão conjunta, interpretação dos problemas, sugestão de soluções e escolha das melhores práticas.

Por meio de entrevistas, o consultor investigou a percepção de cada líder sobre o nível de sinergia entre as áreas e a existência, ou não, de um sentimento de interdependência entre as diversas áreas da secretaria.

A realização de uma Roda de Conversa com o tema "Novas Práticas Analíticas e Sociais" com a participação de superintendentes, diretores, assessores, coordenadores e técnicos da Seplan culminou na produção de um rico material diagnóstico, sequenciado por devolutivas acerca dos resultados alcançados e das percepções reveladas durante as ações realizadas ao longo do ano de 2025.

Para melhor atender as demandas e contribuir com identificadas, a consultoria está em processo de redefinição de rotas para a execução das atividades necessárias.

Sob condução da UCS Seplan, a primeira etapa do "Sou Sepege" foi destinada ao público interno e, numa etapa posterior, incluirá as Assessorias de Planejamento e Gestão (APG), quando também haverá um trabalho de mentoria a ser realizado com alguns gestores de unidades da Seplan.

Conhecimento em Movimento

Divulgar temas de interesse da Seplan e de sua área de atuação, no formato de roda de conversa. Foram realizadas 6 edições, com mais de 100 participantes, tratando de temáticas diversas e de autoria de servidores da Seplan, que foram apresentadas, inclusive premiadas, em congressos e eventos do Conseplan, do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, entre outros.

CONHECIMENTO
EM MOVIMENTO

Com grande receptividade e apoio, em especial do Gabinete do Secretário, foi produzida a marca 'Conhecimento em Movimento', com divulgação das edições nos diversos canais de comunicação da Secretaria, além da gravação e disponibilização dos vídeos no canal do YouTube da Seplan.

Gestão de portais institucionais

Estruturar a curadoria e gestão de conteúdos disponibilizados nos portais institucionais da Seplan (Intranet Seplan e Portal Sepege), de modo a eficientizar a atualização de informações e serviços.

A Intranet Seplan foi reestruturada, segundo padrões ba.gov, com curadoria da Ascom e apoio operacional da APG, e otimizada.

Sua curadoria e gestão ficou a cargo da Coordenação de Gestão de TIC (CGTIC) com o apoio da CGO nos conteúdos referentes ao Módulo/Janela "Conexão Seplan".

A reestruturação da Intranet Seplan constituiu um avanço na perspectiva de introduzir um canal ágil, atrativo e amigável para disseminar conteúdos no âmbito da Secretaria. Foi um passo inicial para fomentar uma maior participação dos servidores e gestores e introduzir uma cultura colaborativa e de compartilhamento e trocas.

Modernização e padronização dos painéis eletrônicos de Business Intelligence (BI)

Atualizar e aprimorar painéis eletrônicos (BI) do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege) com a modernização de interface, qualificação informacional e inclusão de novos recursos.

Foi iniciada a construção de uma base de dados destinada às atividades e demandas da área de gestão estratégica (SGE).

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação da Secretaria

No segmento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da Seplan – considerando investimentos, soluções de TIC para o suporte institucional, infraestrutura, segurança da informação, inteligência de dados, transparência, gestão de sistemas, desenvolvimento e gestão de portais e serviços – as entregas e atividades desenvolvidas são as constantes no quadro 18.

Quadro 18: ENTREGAS E ATIVIDADES DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Atividade/Entrega	Descrição
Implantação de ferramenta de Emendas Parlamentares Impositivas (EPI)	Desenvolvimento de solução tecnológica para o registro e procedimento voltado para a incorporação e gestão das EPI.
Gestão do Sistema Fiplan	Desenvolvimento e implementação de funcionalidades, customizações, regras e relatórios relacionados ao Sistema Fiplan, em todas as áreas da Secretaria.

Quadro 18: ENTREGAS E ATIVIDADES DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Atividade/Entrega	Descrição
Modernização da infraestrutura da Rede Seplan	Aquisição de dois switches core e 17 switches de borda, equipamentos de conectividade de rede que interligam as sub-redes dos prédios da Seplan ao núcleo central, que por sua vez conecta-se à Rede Governo e à Internet. A substituição desses equipamentos visa a proporcionar maior segurança, disponibilidade e estabilidade no tráfego de dados na rede interna da Secretaria, eliminando gargalos e proporcionando maior rapidez no acesso a serviços e sistemas. O cronograma previsto para instalação e conclusão é para março/2026.
Modernização do parque de equipamentos de TIC	Aquisição de 15 notebooks Core Ultra 5, com 16 GB de RAM e HD de 512 GB, mediante adesão à ata de registro de preço. Previsão de recebimento dos equipamentos para janeiro/2026. Essa aquisição visa atender demandas internas e de Agentes de Desenvolvimento Territoriais em diversos municípios.
Serviços de atendimento a usuários	Atendimento a usuários da Seplan e Sepege relacionados a: ▪ Fiplan: 616 atendimentos; ▪ Publicação em portais institucionais: 62 atendimentos; ▪Suporte de informática: 1.814 atendimentos, via Sistema de Atendimento (SISAT).
Transmissão via Youtube	Viabilização e apoio na transmissão dos Seminários Macroterritoriais do PDI Bahia 2050 no canal da Seplan no YouTube, permitindo a participação, em tempo real, de cidadãos e agentes públicos.

Fonte: APG/Seplan (2025)

Gestão dos Recursos Administrativos e Financeiros da Secretaria

A Diretoria Geral (DG) da Seplan é a unidade responsável pela coordenação, execução e controle, de forma articulada com os sistemas formalmente instituídos, das atividades de administração geral, financeira e de contabilidade da secretaria.

No desempenho das atividades de coordenação e apoio, são destaques, em 2025:

Coordenação

- Padronização dos fluxos administrativos e financeiros, com implantação de rotinas e metodologias voltadas ao aumento da eficiência e celeridade dos processos administrativos
- Planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades administrativas, orçamentárias, patrimoniais, logísticas, de recursos humanos, contratuais e de serviços gerais, de modo a assegurar a integração de processos, o cumprimento de prazos e o alcance dos resultados
- Realização de melhoria dos espaços administrativos, incluindo reformas estruturais, pinturas, instalação da usina fotovoltaica, entre outros

Apoio

- Fórum Participativo para a Construção da Estratégia Brasil 2050 – encontro sediado na Bahia e promovido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com o Governo do Estado/Seplan
- Seminários Macroterritoriais PDI Bahia 2050 – etapa de construção do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2050, realizado sob a coordenação da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE), e em parceria com a Ascom e APG
- Implantação de ações contínuas, integradas e articuladas, visando assegurar o cumprimento de cláusulas, prazos e aspectos legais e normativos relacionados à gestão de contratos e convênios
- Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – Reda para o cargo de Agente de Desenvolvimento Territorial (técnico nível superior)
- Elaboração de análises técnicas de termos, acordos de cooperação técnica e demais atos administrativos da secretaria, visando a regular instrução processual e segurança jurídica
- Qualificação da equipe, mediante realização de capacitações e treinamentos nas áreas de compras; estoque/inventário; licitação; contratação; gestão e fiscalização de contratos administrativos, inclusive participação no Fórum Baiano de Compras Públicas 2025, Seminário Material Permanente em Pauta, entre outros

O segmento de compras e contratação da secretaria apresentou as seguintes iniciativas de destaque em 2025:

Consolidação da Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/ 2021)

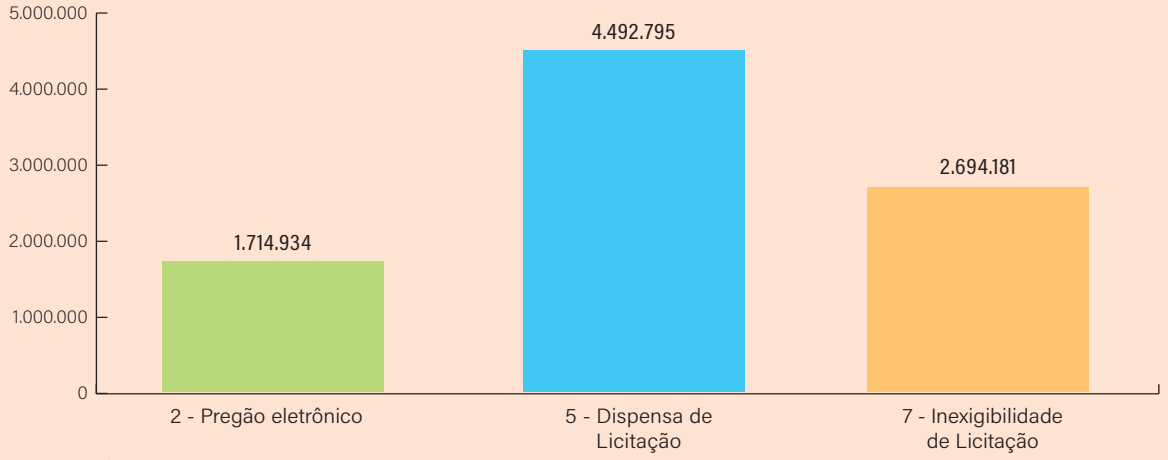
Adequação dos fluxos processuais visando garantir a conformidade da instrução processual e documentação técnica

Elaboração de roteiro para o projeto Plano de Tratamento de Riscos de Contratações Públicas – PTR, visando à adoção de medidas para gestão dos riscos relacionados aos processos de contratações públicas.

Gestão de riscos relacionados aos processos de contratações públicas

As contratações realizadas pela Seplan, conforme suas respectivas modalidades, estão apresentadas no Gráfico 03.

Gráfico 03: CONTRATAÇÕES REALIZADAS EM 2025, POR MODALIDADES — Em R$ 1,00



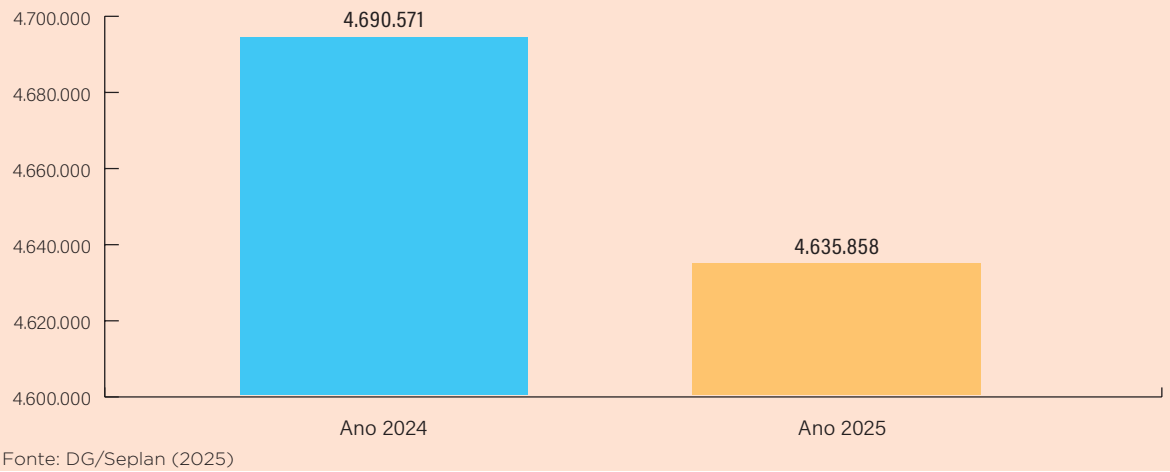
Fonte: DG/Seplan (2025)

Quanto ao monitoramento de contratos e convênios, no âmbito da Seplan, cujo objetivo é verificar vigência e fazer cumprir os critérios relacionados às respectivas prestações de contas e fiscalizações *in loco*, destacam-se:

- Aumento do volume de recursos conveniados em 101,81%;
- A aprovação das prestações de contas dos convênios pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE, sem ressalvas;
- Fortalecimento das ações de acompanhamento e fiscalização da execução dos convênios;
- Celebração de nove Termos de Doação de Bens Móveis dos convênios.

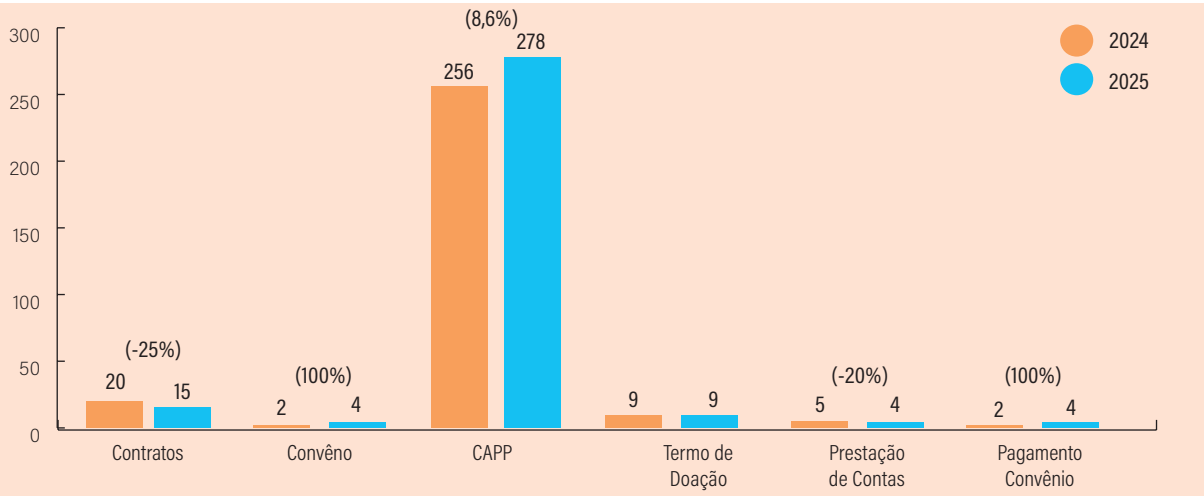
Os gráficos a seguir apresentam comparativos 2024/2025 relacionados a contratos e convênios, atividades desenvolvidas pela DG/Coordenação de Contratos e Convênios no âmbito da Seplan:

Gráfico 05: VALORES COMPARATIVOS 2024/2025 DE CONTRATOS CELEBRADOS E EXECUTADOS — Em R$ 1,00



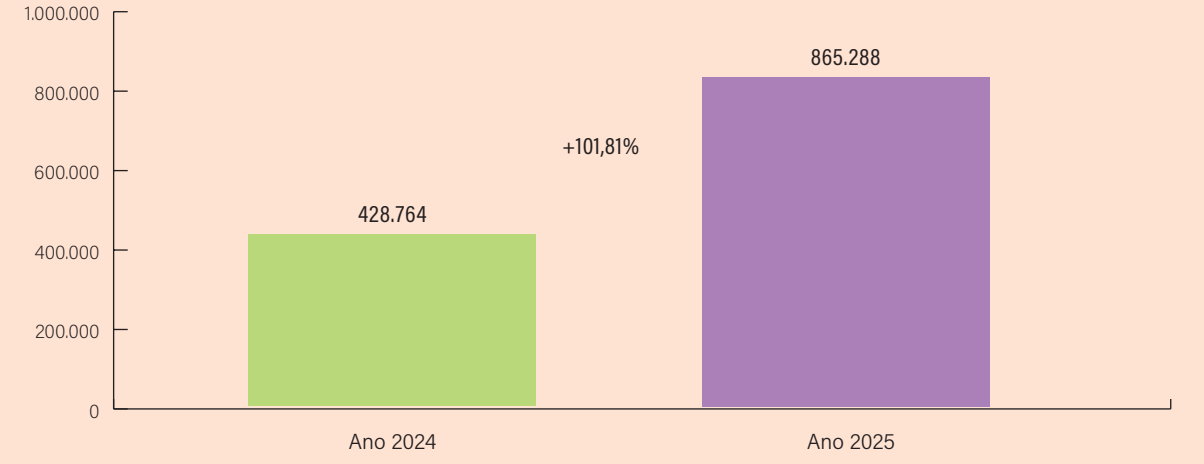
Fonte: DG/Seplan (2025)

Gráfico 04: COMPARAÇÃO 2024/2025 DE CONTRATOS E CONVÊNIOS CELEBRADOS E EXECUTADOS



Fonte: DG/Seplan (2025)

Gráfico 06: VALORES COMPARATIVOS 2024/2025 DE CONVÊNIOS CELEBRADOS E EXECUTADOS Em R$ 1,00



Fonte: DG/Seplan (2025)

No segmento de patrimônio, inventário e controle de estoque ressalta-se:

Padronização Técnica de Itens Estratégicos

Consistiu na identificação e descrição técnica de bens no Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (Simpas), incluindo itens como notebooks, leitores faciais e sistemas de videoconferência. Como resultado, foram elaboradas as composições técnicas de 17 equipamentos de alta tecnologia, permitindo o imediato tombamento e a incorporação desses bens ao patrimônio da Seplan.

Além de conduzir com sucesso as rotinas diárias de aquisição, incorporação, descarte, baixa e ressuprimento de estoque, a equipe passou por um ciclo contínuo de desenvolvimento profissional. Os servidores foram capacitados em temas fundamentais como:

Gestão Operacional e Capacitação da Equipe

- Sistemas SIAP e Simpas;
- Planejamento de Compras, Contratação e Estoque/Inventário;
- Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021);
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos;
- Participação no Fórum Baiano de Compras Públicas 2025 e no Seminário: Material Permanente em Pauta, entre outros eventos da área.

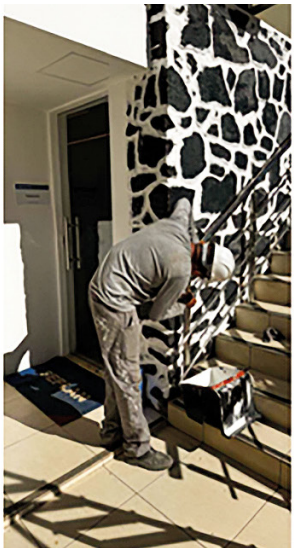
O segmento da manutenção predial, conservação dos espaços físicos, apoio logístico, gestão da infraestrutura e serviços gerais apresentou iniciativas de destaque relacionadas a:

Melhoria significativa dos ambientes internos e externos

Conservação e recuperação das condições físicas, revitalização de áreas comuns, reorganização de ambientes e adequação funcional e visual dos espaços, serviços de jardinagem, paisagismo e manutenção das áreas verdes.







Qualificação dos serviços de segurança, limpeza, portaria, copa, recepção, dedetização, higienização, manutenção, reforma e outros serviços especializados.

Aprimoramento na gestão e fiscalização dos serviços terceirizados

Ampliação do escopo de atuação da Coordenação de Serviços Gerais

Integração das atividades de manutenção predial, apoio logístico e suporte administrativo.

O segmento de gestão de pessoas apresentou avanços relacionadas a:

Procedimentos de ingresso, movimentação, lotação, frequência, afastamentos, licenças, férias, exoneração e aposentadoria de servidores, estagiários e demais vínculos administrativos.

Agilidade na instrução processual

Ampliação da atuação integrada

Atendimento às demandas de forma integrada entre a Coordenação de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa e Diretoria Geral.

Aplicação de formulário para obtenção de informações para situações de emergência no ambiente de trabalho (saúde, eventuais restrições medicamentosas e números de contato).

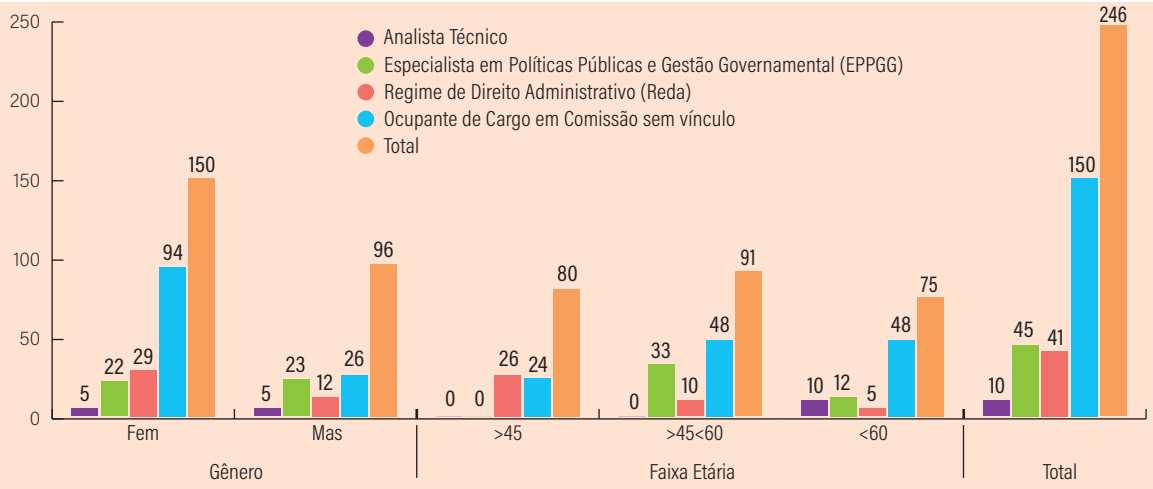
Ampliação das informações relevantes

Minimização de inconsistências informacionais

Eficiência na implantação de procedimentos sistêmicos no RH BAHIA para efeito da gestão da folha de pagamento.

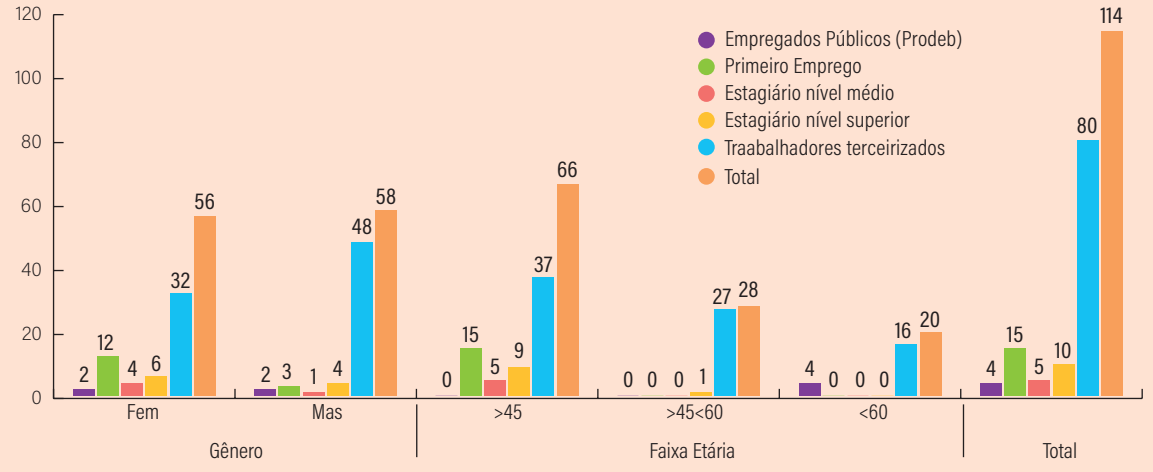
Os gráficos a seguir apresentam um perfil dos servidores e trabalhadores da secretaria

Gráfico 07: PERFIL DOS SERVIDORES DA SEPLAN – FAIXA ETÁRIA X GÊNERO, POR VÍNCULO



Fonte: DG/CRH/Seplan (2025)

Gráfico 08: PERFIL DOS SERVIDORES DA SEPLAN – FAIXA ETÁRIA X GÊNERO, POR VÍNCULO



Fonte: DG/CRH/Seplan (2025)

Tabela 09: COMPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Cargo	Gênero		Faixa Etária			Total
	Fem	Mas	> 45	>45<60	<60	
Artífice	0	1	0	0	1	1
Aux. de almoxarife I	0	2	2	0	0	2
Cabo de turma	1	0	0	1	0	1
Carga e descarga	0	2	1	1	0	2
Copeira	3	0	1	1	1	3
Eletricista	0	1	0	0	1	1

Tabela 09: COMPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS						
Cargo	Gênero		Faixa Etária			Total
	Fem	Mas	> 45	>45<60	<60	
Garçonete	2	0	0	2	0	2
Jardinagem	0	3	1	1	1	3
Motorista	0	5	2	2	1	5
Porteiro	0	1	0	0	1	1
Recepção II	2	0	2	0	0	2
Recepção III	6	4	9	1	0	10
Recepção IV	3	4	6	1	0	7
Segurança	2	22	10	9	5	24
Servente	13	3	3	9	4	16
Total	32	48	37	27	16	80

Fonte: DG/Seplan

A gestão dos procedimentos de avaliação e desempenho funcional das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analista Técnico, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo dos servidores lotados na Secretaria está a cargo da Comissão de Avaliação da Seplan.

Nesse período, foram realizados três processos de promoção das carreiras de EPPGG, Analista Técnico, Técnico Administrativo e Auxiliar Administrativo e um processo de progressão da carreira de Analista Técnico.

Para tanto, foram divulgadas orientações sobre os procedimentos relativos ao Programa de Formação e Aperfeiçoamento das carreiras de EPPGG e Analista Técnico, constando de grade de cursos e capacitações a serem realizados pelos servidores dessas carreiras.

O segmento de gestão documental e tratamento do acervo apresentou iniciativas de destaque relacionadas a:

Redução significativa do volume documental acumulado

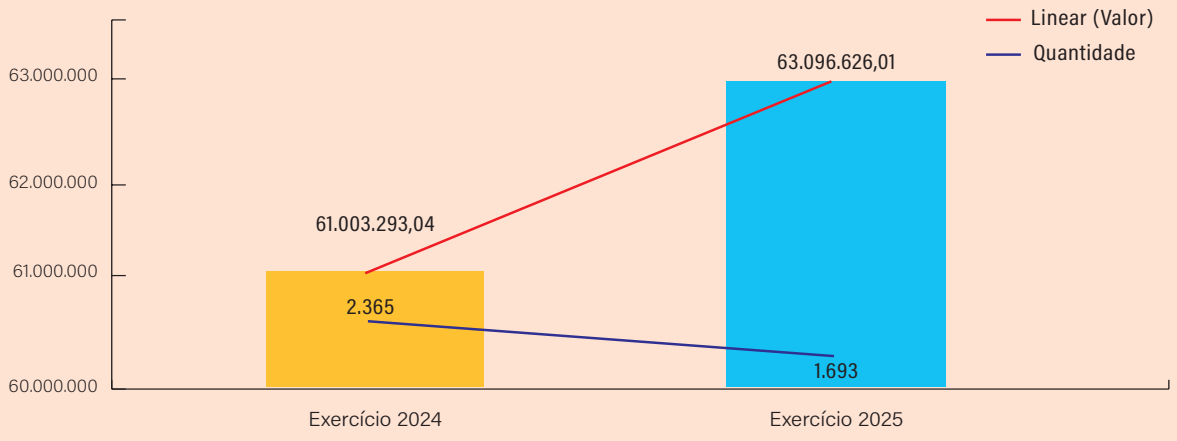
Realização de avaliação arquivística, com descartes documentais de 4.717 processos administrativos, além da organização, atualização e controle de 3.270 pastas relacionadas a prontuários de servidores.

Padronização dos procedimentos arquivísticos, fortalecendo a rastreabilidade do acervo documental e a execução do tratamento técnico, incluindo higienização, triagem e organização do acervo bibliotecário da Secretaria, assim como da preservação da memória institucional.

Consolidação das rotinas de avaliação e destinação documental

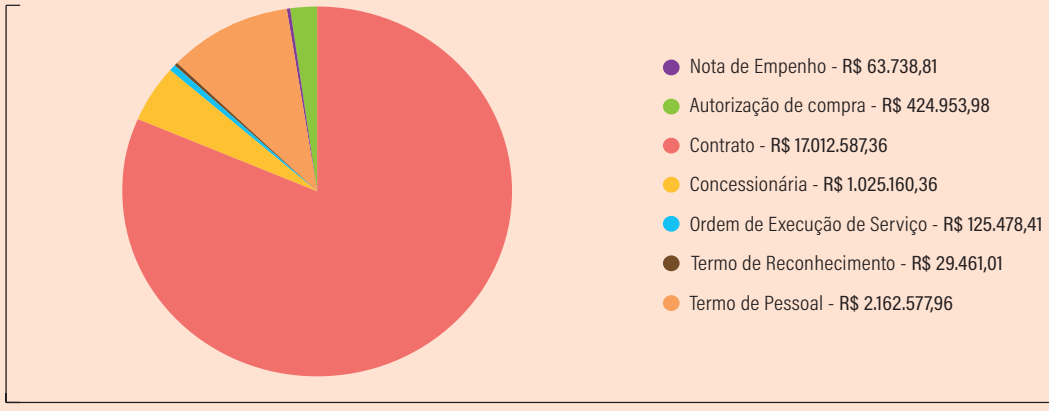
Uma série de ações resultaram no fortalecimento dos controles internos e no aprimoramento dos fluxos, contribuindo para a eficiência e segurança na execução orçamentária, financeira e contábil da Secretaria. Os gráficos a seguir demonstram a atuação do segmento de gestão dos recursos financeiros.

Gráfico 09: COMPARATIVO 2024/2025 PAGAMENTOS REALIZADOS



Fonte: DG/Seplan (2025)

Gráfico 10: EXECUÇÃO FINANCEIRA POR TIPO DE INSTRUMENTO – 2025



Fonte: Sistema Fiplan e DG/Seplan (2025)

A Secretaria do Planejamento preza pela realização de eventos institucionais, entendendo-os como ferramentas fundamentais de comunicação e troca de conhecimentos. Para tanto, além de promover e apoiar a realização de eventos institucionais, disponibiliza espaços estruturados para a realização de encontros, aulas e debates.



Em 2025, foram 101 eventos institucionais realizados pela Seplan, internos e externos, além das atividades de gestão e suporte aos eventos realizados no auditório Milton Santos.





Comunicação Organizacional

Comunicação Social

Na perspectiva das principais vertentes da comunicação organizacional da Seplan, a Assessoria de Comunicação (Ascom) atuou em diversas iniciativas nas áreas de jornalismo, publicidade, divulgação, internet, mídias digitais e redes sociais.

Esse trabalho envolveu ações:

NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Divulgação da imagem da Seplan junto a veículos de comunicação, articulação com a mídia, promoção da imagem institucional e gestão de canais digitais. Foram destaques as publicações de:

- 2.406 matérias, notas e entrevistas em sites e blogs de toda a Bahia, divulgando as ações realizadas pela Seplan, a partir de contatos estabelecidos com os veículos de imprensa, repórteres e editores;
- Seis matérias ou entrevistas veiculadas em emissoras de TV do estado, divulgando ações realizadas pela Seplan;
- 69 matérias e notas em jornais impressos de toda a Bahia, divulgando ações realizadas pela Seplan;
- 59 matérias, notas, comentários ou entrevistas em emissoras de rádio de dos diversos territórios do estado;

- 96 matérias publicadas no site Seplan sobre iniciativas das diversas áreas da Secretaria, com destaque para o projeto de atualização do Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2050, da Lei Orçamentária Anual 2026, processo de captação de recursos e Sistema de Avaliação de Políticas Públicas.



Bahia será o Estado com maior volume de financiamentos do FNE em 2026 com R$ 11,09 bilhões

AGECOM

O estado foi representado pelo vice-governador Geraldo Júnior e pelo secretário do Planejamento, Cláudio Peixoto

A Bahia reafirmou seu protagonismo no desenvolvimento regional ao participar da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), que aprovou a maior programação da história do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): R$ 52,6 bilhões para 2026, um avanço de 11,1% em relação ao ano anterior. O Estado foi representado pelo vice-governador Geraldo Júnior e pelo secretário do Planejamento, Cláudio Peixoto, que reforçaram a importância de uma atuação integrada entre Governo Federal, Sudene, Banco do Nordeste e estados nordestinos.

Segundo Geraldo Júnior, a Bahia será o estado com maior volume de financiamentos em 2026: R$ 11,09 bilhões do FNE, confirmando sua relevância econômica e sua capacidade de articular políticas estruturantes. "A parceria da Bahia com o Governo Federal, a Sudene e o Banco do Nordeste é decisiva para garantirmos que os recursos dos fundos constitucionais cheguem a quem produz, gera emprego e movimenta a economia. Esses instrumentos de financiamento fortalecem nossa indústria, modernizam a agricultura e a pecuária, dinamizam o comércio e consolidam o turismo como vetor estratégico de desenvolvimento", afirmou.

A distribuição aprovada pelo Condel contemplará setores essenciais para o desenvolvimento estadual: pecuária (R$ 12,41 bi), comércio e serviços (R$ 10,95 bi), infraestrutura (R$ 10,56 bi), agricultura (R$ 10,45 bi), indústria (R$ 6,3 bi) e turismo (R$ 1,7 bi), além do FNE Sol pessoa física (R$ 150 mi) e FIES (R$ 32,2 mi). Do total aprovado, 62% da programação (R$ 32,6 bilhões) serão destinados a mini, micro, pequenos e pequenos-médios empreendedores, uma prioridade também defendida pela Bahia, pela sua capacidade de dinamizar cadeias produtivas e fortalecer economias territoriais. O superintendente da Sudene, Francisco Alexandre, ressaltou que o conjunto de decisões aprovadas amplia a capacidade de investimento e reforça uma visão de desenvolvimento adaptada às especificidades nordestinas: "As medidas aprovadas reforçam nosso compromisso com um crescimento includente e sustentável, que considera as particularidades econômicas e ambientais que caracterizam o Nordeste", afirmou.

Já o secretário estadual do Planejamento, Cláudio Peixoto, destacou a necessidade de ampliar os fundos constitucionais para segmentos emergentes ligados à inovação, cultura e ciência. Ele defendeu a inclusão da economia criativa e da Amazônia Azul como novos eixos estratégicos para financiamento.

O Condel também aprovou a modernização do marco regulatório do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), com normas mais ágeis, maior flexibilidade documental e contrapartidas sociais e territoriais aprimoradas. Outra deliberação relevante foi a inclusão do tema "Recaatingamento da Caatinga" nas diretrizes do FNE Verde, ampliando o alcance de ações ambientais estruturantes.



Blog do Valente_
Um site para quem tem opinião

Notícias | Cidades | Esporte | Opinião | Vídeo

Governo da Bahia lança Programa de Desenvolvimento Socioeconômico em Santo Antônio de Jesus

Iniciativa cumpre ponto da sentença da Corte Interamericana e simboliza um marco de reparação histórica e justiça social para vítimas da explosão da fábrica de fogos de 1998.

Destaque, SAJ, Santo Antônio de Jesus /

Por Ana Almeida / 30/10/2025 às 10:15

Tweetar Compartilhar Compartilhar



O perfil da Seplan no Instagram @seplanbahia (formatos *reels*, *feed* e *stories*) apresentou um crescimento orgânico de quase 70% de seguidores, passando de 9,3 mil para 15,5 mil.

NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA

Promoção de ações e iniciativas da Seplan por meio de recursos de publicidade, divulgando-as e gerando valor para o público pretendido ou de interesse. Foram destaques:

- Realização e coordenação da Consulta Digital – Construção da Visão de Futuro do PDI Bahia 2050, coordenada pela Ascom, em parceria com a Secom/ Coordenação de Comunicação Digital e a Plataforma ba.gov.br com a participação de mais de 51

mil pessoas de todos os municípios do estado. As ações realizadas envolveram a elaboração do questionário aplicado e *cards* para divulgação nas redes sociais.

NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Comunicação de caráter administrativo interno realizada por diversos canais e formatos, visando à divulgação de iniciativas, projetos e ações da secretaria. Foram destaques as produções de:

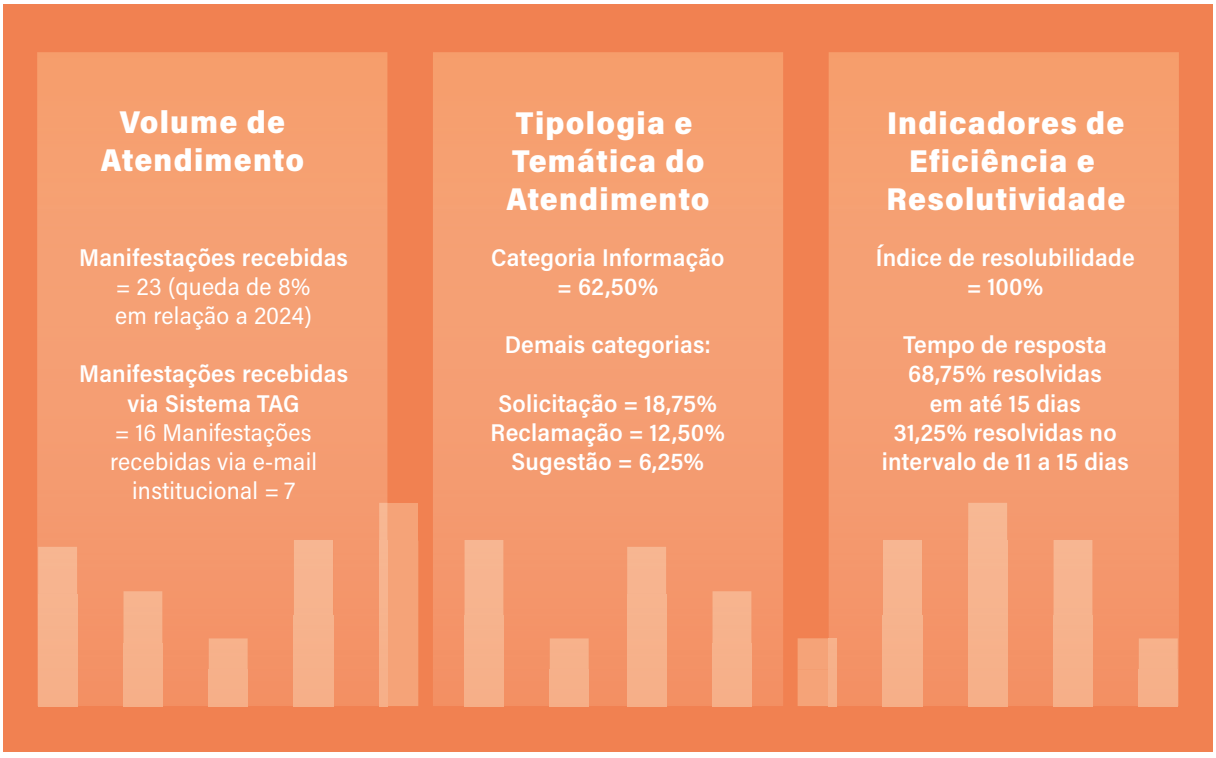
- Fluxogramas dos macroprocessos da Superintendência de Captação de Recursos – SPF
- Apresentações (textos e imagens) para o Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) e Corregedoria Seplan
- Mapas territoriais: Territórios de Identidade – Saúde (Plano Diretor para Sesab); Bacias Hidrográficas e Consórcios Públicos Multifinalitários por município
- Material promocional (banner, pastas e blocos de notas) para o Cedeter, PDI Bahia 2050 – Seminários Macroterritoriais
- Projeto gráfico, diagramação e editoração eletrônica de textos, infográficos, tabelas, gráficos e mapas; revisão ortográfica e copidescagem, tratamento de imagens e ilustrações para o Sumário Executivo do PDI Bahia 2050;
- Projeto gráfico (capa, miolo e separatrizes) do Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas de Governo – PPA 2024-2027 – Ano II – 2025 – volumes I e II



Ouvidoria da Seplan

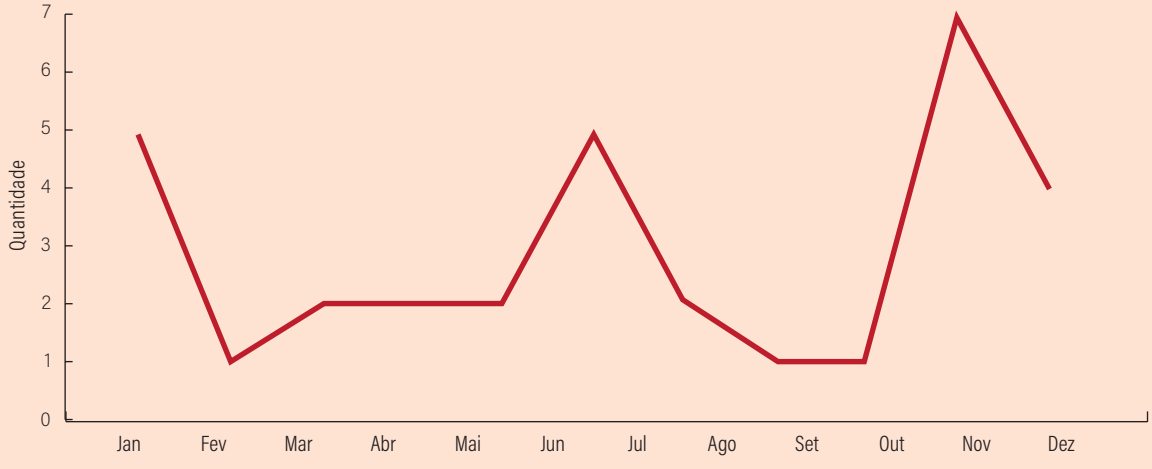
A distribuição das demandas no Sistema TAG demonstra que a função da Ouvidoria da Seplan foi atuar como um canal de transparência e orientação, contribuindo no acesso do cidadão ao controle social, nas 23 demandas recepcionadas no ano de 2025, conforme demonstrado na figura e no gráfico.

Figura 14: DESEMPENHO DA OUVIDORIA SEPLAN - 2025



Fonte: Ouvidoria Seplan (2025)

Gráfico 11: DEMANDAS NOS 12 MESES DE 2025



Fonte: Ouvidoria/Seplan (2025)

Controle Interno

No segmento do Controle interno, destaca-se o seguinte desempenho em 2025:

Quadro 19: INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2025

Objeto	Objetivo
Riscos e Controle	Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e a aplicação da Lei de Licitação 14.133/2021, de acordo com a Orientação Técnica AGE nº 01/2024, visando ao aperfeiçoamento na gestão de riscos nas contratações públicas da Secretaria do Planejamento – Seplan.
Doação de Bens Móveis	Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e indicação de medidas de aperfeiçoamento de métodos e procedimentos, com o objetivo de verificar no âmbito das doações de bens móveis adquiridos pelos consórcios intermunicipais mediante repasse de verbas através dos convênios.
Controle e execução tempestiva da conciliação bancária das contas	Verificar a Implantação do Painel de Conciliação Bancária Eletrônica (CBE) com acesso por meio do Sistema Fiplan Gerencial Web – FGWEB, a fim de auxiliar no controle e execução tempestiva da conciliação bancária das contas pelos seus responsáveis.
Diárias	Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e indicação de medidas de aperfeiçoamento de métodos e procedimentos, com o objetivo de melhorar os controles internos na concessão de diárias.
Pagamentos de despesas por indenização	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos aos pagamentos por indenização, identificando os elementos e providências adotadas na regular instrução dos processos, no âmbito da Seplan.
Ordem cronológica de pagamentos	Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e indicação de medidas de aperfeiçoamento para adequada observância da estrita ordem cronológica de exigibilidade do crédito decorrente do cumprimento de obrigação executada.
Digitalização dos Instrumentos relativos a contratos, convênios e parcerias	Assegurar o cumprimento dos dispositivos legais e indicação de medidas de aperfeiçoamento de métodos e procedimentos com o objetivo de verificar o cumprimento do Decreto Estadual nº 19.154, de 01 de agosto de 2019, quanto à digitalização dos instrumentos ativos
Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)	Verificar o cumprimento de normativos legais relativos às Despesas de Exercícios Anteriores, no que diz respeito à apuração de responsabilidade, sendo corrigidas do curso da inspeção.
Dispensa	Analisar o processo SEI nº 017.1795.2023.0000789-41, em que foi constatado que a contratação se deu sob a égide da Lei anterior (Lei nº 9433/2005), de forma a inviabilizar a aplicação do check list anexo à Orientação Técnica AGE nº 07/2015 (Revisão 1), já adequado à nova Lei de Licitação, Lei nº 14.133/2021. Com relação ao Processo SEI nº 017.1792.2025.0001628-11, foi constatado que não houve contrato, por se tratar de aquisição de café, extrapolando, portanto, o escopo das análises.
Gestão patrimonial - AGE SI	Assegurar a regularidade dos procedimentos de inventário de bens móveis, em conformidade dos dispositivos legais e indicação de medidas de aperfeiçoamento de métodos, com o objetivo de analisar e avaliar as (questões de 20 a 33) do *checklist* anexo à Orientação Técnica nº 01/2016 – Controle de Bens Móveis Patrimoniais.
Relatório de Solicitação Inspeção AGE nº 02/2025 - AGE SI	Verificar a tempestividade, fidedignidade e rastreabilidade das informações registradas do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan, conforme dispõe o Art. 11 do Decreto nº 22.770/2024.

Fonte: CCI/Seplan (2025)

Com relação aos monitoramentos realizados pelo controle interno da Seplan, destacam-se:

- Monitoramento das recomendações constantes dos relatórios de auditoria do TCE e da AGE
- Monitoramento das recomendações constantes do relatório de inspeção da unidade de controle interno – Projeto OAP nº 05/2025 – aquisição de passagem aérea e terrestre
- Apoio à elaboração da prestação de contas do TCE
- Nesse período, a Coordenação de Controle Interno – CCI exerceu as seguintes atividades complementares às suas funções, participando dos seguintes eventos:
- 3ª edição do Seminário Internacional de Controle Externo, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-Ba). O evento celebrou a passagem do 110º aniversário de fundação do TCE/BA, que é a segunda Casa de Contas e Controle mais antiga do Brasil. O seminário, voltado para conselheiros e servidores dos Tribunais de Contas, profissionais da área de controle e servidores das unidades jurisdicionadas, se consolidou como um espaço estratégico para o debate qualificado e a disseminação de boas práticas, contribuindo para o aprimoramento técnico das instituições de fiscalização e controle
- Lançamento do Guia de Transparência Ativa do Estado da Bahia, promovido pela Auditoria Geral do Estado (AGE-Ba), com o objetivo de discutir a importância de aperfeiçoamento da transparência ativa e apresentar o conteúdo do guia, que consolida diretrizes, padrões e boas práticas para a adequada disponibilização e atualização de informações nos sites institucionais, apoiando o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e demais normativos aplicáveis.

Correição Setorial

O Sistema de Correição Estadual atua sob uma lógica que equilibra o caráter pedagógico/preventivo com a natureza sancionatória (punitiva), buscando garantir a integridade e a eficiência do serviço público. Formado pelo conjunto dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, é responsável por prevenir, investigar e apurar as irregularidades funcionais.

A Corregedoria da Seplan, unidade institucionalizada em novembro de 2024 para exercer a atuação setorial do Sistema de Correição Estadual, apresentou o seguinte desempenho, no seu primeiro ano de exercício:

Implementação do Programa Bahia de Integridade Pública (PBIP)



Conjunto sistematizado de ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de irregularidades, desvios éticos e de conduta, fraudes e práticas de corrupção.

O objetivo primordial é prevenir e combater essas práticas, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e para o benefício coletivo.

Para tanto, foi institucionalizada a Comissão de Integridade Pública (CIP), assegurando a implantação do programa no âmbito da secretaria e realizando ações voltadas à disseminação do PBIP, a aplicação de Pesquisa de Percepção de Integridade Pública, promoção de eventos sobre temas relacionados a
integridade pública, além da criação do Grupo de Trabalho de Integridade Pública vinculado à CIP e seu respectivo plano de trabalho voltado à conclusão das etapas finais de implantação do PBIP.

Em 14/05/2025 o Secretário do Planejamento assinou o Termo de Declaração de Compromisso instituindo o PBIP na Seplan, assumindo o compromisso de aderir, cumprir e promover a implementação do Programa de Integridade Pública, no âmbito da Secretaria

Prevenção Correcional

Realização de palestras e orientações tratando sobre o cumprimento de deveres e obrigações funcionais, com vistas à prevenção de práticas de ilícitos funcionais e a adequada postura laboral, além de ações de intermediação de conflitos relacionais.





S 1 2 3 4 5

Execução Correcional

Condução de um procedimento de investigação preliminar (PIP), dois Processos Administrativos Disciplinares (PAD) e uma sindicância.



Prevenção a ilícitos funcionais e de Pessoas Jurídicas Contratadas

Realização de palestras sobre atividades de fiscalização e gestão contratual e orientações para prevenção de ilícitos funcionais nas ações de fiscalização e gestão de contratos e de dirimir dúvidas quanto a possíveis práticas ilícitas de licitantes e contratados. Essas iniciativas contribuíram para a diminuição de ocorrências infracionais, seja de fiscais e gestores de contratos, seja dos contratados.





Processos de Reparação de Danos ao Erário

Realização de procedimento de apuração da autoria, extensão e cobrança de danos pecuniários causados aos cofres públicos com a execução de dois Processos de Reparação, orientações e ações preventivas quanto à execução de práticas lesivas ao erário.

Fonte: Corregedoria/Seplan (2025)

Esta imagem é uma ilustração gráfica, no formato de nuvem de palavras, apresentando uma hierarquia de termos que refletem o desempenho e as perspectivas da Seplan em 2025.





GOVERNO DO ESTADO

BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

DO LADO DA GENTE